

Aos vinte e cinco dias do mês de Fevereiro de dois mil e onze, nesta Vila de Coruche,
Auditório do Museu Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Coruche, em Sessão Ordiná-
ria, cuja Mesa era composta pelo seu Presidente José João Henriques Coelho, pelo Primeiro
Secretário Nelson Fernando Nunes Galvão e pela Segunda Secretária Ana Patrícia Caçador Pal-
ma (Partido Socialista)
Verificou-se a presença dos seguintes Deputados Municipais:
Filipe Claro Justino, Joaquim Filipe Coelho Serrão, Osvaldo Manuel dos Santos Ferreira,
Ernesto Cordeiro, Artur Fernando Salgado e José Fernando Constantino Teles (Partido
Socialista)
Edite Maria Pardal do Vale Santos Formigo, Fernando Aníbal Serafim, Armando Rodri-
gues, Liliana Catarina Barroso de Sousa e Rui Miguel Friezas Aldeano (Coligação Democrática
Unitária)
Abel Manuel de Matos Alves dos Santos (Movimento Independente de Cidadãos por
Coruche)
Joaquim Rodrigo dos Santos Paulino (Presidente da Junta de Freguesia do Biscai-
nho - Partido Socialista), Francisco Guilherme Godinho (Presidente da Junta de Freguesia da
Branca - Partido Socialista), Jacinto Amaro de Oliveira Barbosa (Presidente da Junta de Fregue-
sia de Coruche - Partido Socialista), Joaquim Duarte (Presidente da Junta de Freguesia da Erra -
Partido Socialista), Ilídio António Martins Serrador (Presidente da Junta de Freguesia de Fajarda
- Coligação Democrática Unitária), Joaquim Gonçalves Banha (Presidente da Junta de Freguesia
de Santana do Mato) e António Vaz da Venda (Presidente da Junta de Freguesia de São José da
Lamarosa)
Não estavam presentes os seguintes Deputados Municipais: Mara Lúcia Lagriminha Coe-
lho, Isabel Maria Bernardina Ferreira e Luísa Pinheiro Portugal (Partido Socialista), António
Joaquim Soares (Coligação Democrática Unitária), Gonçalo André Ramos Ferreira (Movimento
Independente de Cidadãos por Coruche), José Manuel Conceição Meirinho de Jesus (Partido
Social Democrata) e Luís Alberto Ferreira (Presidente da Junta de Freguesia do Couço - Coliga-
ção Democrática Unitária)
O Presidente da Assembleia deu conhecimento dos seguintes pedidos de substituição, de
conformidade com os Artigos 78.º e 79.º da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção
da Lei N.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro
A Deputada Municipal Mara Lúcia Lagriminha Coelho fez-se substituir por José Dioní-
sio, membro a seguir na lista do Partido Socialista, o qual compareceu já no decorrer dos
trabalhos
A Deputada Municipal Isabel Maria Bernardina Ferreira fez-se substituir por Patrícia



Sofia Rosão Tadeia, membro a seguir na lista do Partido Socialista, por impossibilidade de pre-
sença de Sérgio Manuel Teles
A Deputada Municipal Luísa Pinheiro Portugal fez-se substituir por Joaquim Guilherme
Ribeiro, membro a seguir na lista do Partido Socialista, por impossibilidade de presença de Irina
Isabel Ramos Ferreira
O Deputado Municipal José Manuel Conceição Meirinho de Jesus fez-se substituir por
Francisco Artur Gomes Gaspar
O Deputado Municipal Luís Alberto Ferreira (Presidente da Junta de Freguesia do Cou-
ço) fez-se substituir pelo seu substituto legal, Carlos Manuel Arromba Branco, Secretário da Jun-
ta de Freguesia do Couço
Verificado o quórum, com a presença de vinte e seis membros, o Presidente da Assem-
bleia declarou aberta a sessão às vinte e uma horas e quinze minutos, com a seguinte Ordem
do Dia:
PONTO UM - REGULAMENTO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO À MELHORIA DO
CONFORTO HABITACIONAL
PONTO DOIS - II ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DAS TAXAS MUNICIPAIS
PONTO TRÊS - ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO
Estavam ainda presentes o Presidente da Câmara, Dionísio Simão Mendes e os Vereado-
res, Francisco Silvestre de Oliveira, Célia Maria Arsénio Barroso da Cruz Ramalho e Tiago Por-
tugal Neto Capaz.
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA
APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR:- O Presidente da Assembleia
colocou à apreciação a acta da sessão ordinária de 17 de Dezembro de 2011
Não havendo da parte dos Deputados Municipais qualquer alteração à acta, o Presidente
da Assembleia colocou a mesma à votação
A Assembleia deliberou, por maioria, com dezassete votos a favor (treze do PS, três da
CDU e um do MIC) e nove abstenções - Deputados Municipais Ana Palma, José Teles, Joaquim
Banha e António Venda (PS), Edite Formigo, Liliana Sousa, Carlos Branco e Ilídio Serrador
(CDU) e Francisco Gaspar (PSD), aprovar a presente acta
O Deputado Municipal Francisco Gaspar apresentou a seguinte declaração de voto:
"Abstive-me, apesar de estar presente na sessão, porque apercebi-me que não constava na
acta algumas declarações que tinham sido proferidas durante a Assembleia e que me parecem
importantes, daí que não votei favoravelmente."
O Deputado Municipal António Venda apresentou a seguinte declaração de voto:
"Abstive-me porque não estive presente na sessão."



O Presidente da Assembleia deu conhecimento da correspondência com o registo núme-
ro um a dezanove, cujo mapa foi distribuído a todos os Deputados Municipais
Seguidamente deu a palavra aos Deputados Municipais
A Segunda Secretária apresentou, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, a
Declaração que a seguir se transcreve:
"Porque se aproxima o Dia Internacional da Mulher, celebrado anualmente no dia 8 de
Março, a bancada do Partido Socialista desta Assembleia, não pôde, pois, deixar de reflectir
sobre os assuntos inerentes à necessidade de igualdade de género, bem como à situação do femi-
nino num mundo globalizado. Assim, o que esta declaração pretende é realçar o que ainda falta
fazer em termos de igualdade de género, de liberdades e garantias, igualdade de participação na
vida cívica, numa dimensão transdisciplinar
Sabemos, pois, que diversos esforços foram empreendidos na luta pelos direitos das
Mulheres, aliás, sempre avivados pelo comemorar deste dia, contudo, convirá reflectir naqueles
que ainda faltam realizar
Curiosamente, o prémio de 2010 para o World Press Photo foi atribuído à fotógrafa que
nos legou o testemunho, reforçado pelo poder difusor da objectiva, da violência de que havia
sido vítima Bibi Aisha, por parte do seu marido afegão, a quem aquela jovem tentara escapar
para refrear a brutalidade de que era vítima constante
Não será pois, neste sentido, que hoje deverão ser canalizadas as nossas reflexões?
Mais do que relembrar as conquistas passadas, convirá pensar na situação actual de mui-
tas mulheres, que, num mundo globalizado, ainda não lhes viram serem atribuídos muitos dos
direitos que lhes pertencem
Se no Ocidente as acções empreendidas para cumprir a igualdade de género passam pela
tentativa de criar simetrias no acesso aos postos de trabalho, remunerações, progressão nas car-
reiras; pela galvanização das consciências de que o trabalho socialmente útil desempenhado pela
mulher e não remunerado, fá-la empobrecer e depender economicamente; que o tempo que dis-
pensa à família e às actividades domésticas é bastante superior quando comparado ao do homem;
pelo acesso igualitário aos órgãos de decisão e participação cívica; em muitos países africanos e
orientais grassam actos de pura barbárie, violência e desrespeito para com os direitos das mulhe-
res, disfarçados com o nome de "cultura". Pensemos por exemplo no Afeganistão onde é obriga-
tório o uso de burcas ou em que a mulher, pelos actos mais banais, é apedrejada até à morte;
lembremo-nos do Ir \tilde{a} o em que o testemunho daquela vale metade de um do homem, ou dos cerca
de dois milhões de jovens mulheres que por ano são mutiladas genitalmente, retirando-lhes a
capacidade de desfrutar da sua sexualidade, um outro direito que começa agora a ser emancipa-
do



Por isto, mais do que relembrar essas acções passadas, ainda que extremamente audacio-
sas, corajosas e valiosas para os direitos das mulheres na actualidade, convirá reflectir mais
pró-activamente nestas questões, para que, os casos que acima ficaram expostos sejam erradica-
dos num mundo que nalguma parte já reconheceu a igualdade de género como factor para o
desenvolvimento e harmonia sociais."
A partir deste momento o Deputado Municipal José Dionísio (PS), passou a partici-
par nos trabalhos, sendo vinte e uma hora e trinta minutos
A Assembleia passou a ter a presença de vinte e sete membros
O Deputado Municipal Rui Aldeano referiu: Fiquei sensibilizado com a declaração da
Secretária desta Assembleia, Ana Palma. Contudo, relembro que também é importante, porque
estamos num órgão político, fazer uma análise sobre outro tipo de repressão que as mulheres
sofrem, inclusive no nosso país
Refiro-me ao Código do Trabalho aprovado pelo PS e que tem medidas que são extre-
mamente penalizadoras para as mulheres, nomeadamente: prevê jornadas de trabalho até 12
horas, sob a forma de horário concentrado e afasta-as do seu direito à maternidade e ao acompa-
nhamento dos seus filhos
De seguida, apresentou a Declaração que a seguir se transcreve:
"Senhores Vogais
Vivemos hoje no concelho de Coruche, uma situação inédita e bastante preocupante, rela-
tivamente a matéria de "Saúde"
A qualidade de vida dos coruchenses e o seu acesso a cuidados de saúde está a ser forte-
mente condicionado por um conjunto de acontecimentos que infelizmente tendem em se agravar.
Nunca depois do 25 de Abril, o direito à saúde esteve tão condicionado e limitado no
concelho de Coruche como hoje
Não basta constatar os factos, é necessário identificar responsabilidades políticas
A degradação do Serviço Nacional de Saúde é resultado de um conjunto de políticas de
direita, levadas a cabo por governos PS e PSD
Se hoje existe falta de médicos é devido ao "numerus clausus" de Cavaco Silva, mas que
até hoje os diversos governos não tiveram o interesse em rectificar
Em Janeiro do ano passado, após visita do Deputado António Filipe, a nossa colega e
deputada nesta Assembleia Dr.ª Luísa Portugal, assumia que a situação era grave e que certa-
mente iria complicar-se a curto prazo
Infelizmente outros parecem não ter tido a noção deste problema e de forma pouco pru-
dente, "lançaram os foguetes e fizeram a festa"
Em época de eleições, preocuparam-se sobretudo em criar ilusões e expectativas aos



coruchenses	
Em entrevista ao Coruche Magazine de Julho/Agosto de 2009, o Presidente da Cân	nara
dizia, passo a citar: "Não tenho dúvida nenhuma em afirmar que há muitos concelhos que go	sta-
riam de ter esta realidade em matéria de saúde."	
Em Junho de 2010 e já após todo o tempo de espera para que fosse aberto o famiger	
SUB e após promessa do Vice-Presidente do Conselho Directivo da ARS de Lisboa e Vale	e do
Tejo (incrível ao que se chega para conseguir uns trocos para a edição de uma monografia	ı), a
Concelhia de Coruche do PS emitiu um comunicado onde afirmava, passo a citar: "A Conce	lhia
de Coruche do Partido Socialista congratula-se com a resposta dada pela Administração Re	gio-
nal de Saúde (ARSLVT), que deu garantias de que o Serviço de Urgência Básico (SUB) na	vila
será aberto ainda durante o mês de Julho, e reclama para si o resultado do esforço efectuado."	
Enfim um autêntico regabofe de demagogia	
Pois bem, depois de todo este "aparato político" orquestrado pelo Partido Socialista	
Coruche, qual é a realidade do concelho?	
Menos médicos no concelho, centenas de coruchenses sem médico de família, o ence	rra-
mento das extensões do Centro de Saúde nas freguesias da Lamarosa e Biscainho, milhare	s de
euros do erário público gastos no SUB que agora não é mais do que já era (um SAP), urgên	cias
completamente lotadas para que os utentes obtenham as suas receitas, profissionais de sa	ιúde
nomeadamente médicos com horários prolongadíssimos, uma enorme falta de respostas	s às
necessidades de saúde do concelho e como se tudo isto não bastasse até existe rupturas de st	tock
de material médico e material técnico como é o caso da falta de líquido para o equipamento	o de
RX existente no SAP e que deixou este assim inoperacional até à sua reposição	
Bem, cabe agora aos arautos do milagre da multiplicação de médicos, existentes no	
apanharem as canas dos foguetes por si lançados	
Não basta mandar as responsabilidades para o ar. A culpa desta situação é sobretudo	o do
Partido Socialista, quer ao nível central quer ao nível local, senão veja-se: o governo, o mini	isté-
rio, a Câmara, a Assembleia Municipal, os responsáveis regionais de saúde e até as duas freg	_
sias mais afectadas, são do Partido Socialista	
Este é o resultado de 10 anos de gestão socialista na Câmara de Coruche, o resultado	o de
uma linha política conivente e tolerante para com a degradação constante que se vive no SNS	
Preocupante também é o facto do Presidente da Câmara afirmar que a Ministra da Sa	ıúde
não responde ao seu pedido de reunião. Existem responsáveis na ARS, o que fazem qua	ndo
diversos autarcas inclusive do Partido Socialista se queixam e criticam a falta de médicos no	dis-
trito de Santarém. Porque não intervêm? Ocupam cargos políticos de direcção, logo também	têm
responsabilidades. Deveriam sim servir-se da sua influência política para ajudar a resolve	r os



problemas das populações. Se assim não o fazem, o que estão lá a fazer? Mas não admira que a
Ministra da Saúde não marque uma reunião, de facto esta é uma linha política que faz escola no
PS, informar também esta Assembleia que desde Dezembro que o Grupo Parlamentar do PCP,
aguarda a resposta ao pedido de reunião à direcção do Centro de Saúde de Coruche
O pretexto da inevitabilidade é inválido, uma vez que os próprios argumentam que o pro-
blema da falta de médicos não ocorre por falta de dinheiro e que até podemos acreditar, pois em
Alpiarça em véspera de eleições foram contratados como por magia 2 médicos cubanos. Faça o
mesmo o PS no nosso concelho, ou é só em época de eleições que surgem as soluções?
Não deixa então de ser no mínimo curiosa e revestida de um enorme cinismo, a presença
de responsáveis do PS na manifestação ocorrida esta semana em frente ao SAP. Essas são as
medidas drásticas que o Presidente da Câmara ameaçou tomar?
Certamente que fica bem na fotografia a presença de tais ilustres autarcas rodeados da
população idosa
Então mas é em frente ao SAP que se exigem responsabilidades? São os profissionais
daquela unidade que são responsáveis?
As responsabilidades são políticas e devem ser pedidas à Ministra da Saúde, à maioria
também do PS na Assembleia da República e à Governadora Civil como responsável do governo
no distrito de Santarém
É claro que isso não convém ao PS, uma vez que seria uma afronta aos seus camaradas
responsáveis na área da saúde e sobretudo implicaria que assumissem as suas responsabilidades
na situação vivida no concelho
Por fim Senhor Vogais, terminar com a citação do Vice-Presidente da Câmara e Vereador
Francisco Oliveira, que aquando a publicação do já referido comunicado, disse e passo a citar:
"não é com falácias, demagogia e populismos que se atingem os objectivos". Pois bem é a altura
correcta para o Partido Socialista, rever as suas declarações, pois com a política de saúde por si
desenvolvida quem paga são os utentes do SNS
Basta de demagogia, é hora de assumir responsabilidades para o bem de Coruche e dos
coruchenses, a saúde é um direito e os coruchenses não podem e não querem ser espoliados des-
se mesmo direito."
O Deputado Municipal Armando Rodrigues apresentou, em nome do Grupo Municipal da
CDU, a Declaração que a seguir se transcreve:
"A Novela da TVI
Em 3 de Março de 2010 a Câmara Municipal aprovou, com base numa minuta incomple-
ta, um protocolo com a empresa Plural S.A. que, viria, supostamente, a ser assinado em 8 de
Março, isto é, 5 dias depois



Em Junho, a CDU requereu ao Presidente da Câmara cópia do mencionado protocolo
devidamente assinado. O que nos viria a ser entregue, quatro meses depois, ou seja em Outubro,
foi, não o protocolo supostamente assinado em 8 de Março, mas apenas a minuta (incompleta)
que tinha sido aprovada a 3 de Março
Em 17 de Dezembro, na reunião da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câma-
ra contestando a afirmação da CDU de que os custos com a novela já teriam atingido cerca de
200 mil euros, declarou: "Afirma-se que já se gastaram mais de 200 mil euros, com base num
contrato de 31.428 € que está publicado na plataforma. Se a Câmara tivesse feito mais algum
contrato teria que ser publicado na plataforma" "Isto chega a este nível. As pessoas dizem
aquilo que lhes apetece e depois vêm para a Assembleia tapar o sol com a peneira e tentar atirar
areia para os olhos dos outros e insinuar aquilo que lhes apetece" "Para mais esclarecimentos
vão à plataforma e informem-se" (Folha 162, da acta de 17.12.2010)
Em 7 de Dezembro, em reunião da Câmara, o Vereador da CDU, Isidro Catarino, ques-
tionou o Presidente da Câmara nos seguintes termos: "Ouvi dizer que existem veículos da Plural
a abastecer na ZIMB, sendo que esta não é uma contrapartida prevista no protocolo assinado, é
verdade o que se diz?"
O Presidente da Câmara afirmou que desconhecia mas iria averiguar e na próxima reu-
nião esclareceria a situação
Em 22 de Dezembro de 2010, em reunião de Câmara, o mesmo Vereador da CDU solici-
tou uma explicação sobre a questão colocada na reunião anterior. O Presidente da Câmara, con-
firmou que desde o início do passado mês de Agosto, as viaturas da Plural S.A. passaram a abas-
tecer-se de gasóleo na ZIMB (sublinhe-se que esta decisão não estava prevista na minuta de pro-
tocolo aprovada a 3 de Março, nem consta no que foi assinado em 8 de Março e, por conseguin-
te, foi uma decisão da exclusiva responsabilidade da maioria PS na Câmara)
Nessa mesma reunião, o Vereador da CDU questionou ainda sobre quais as quantidades
de combustível já fornecidos à Plural e se existia algum limite a esse abastecimento
Tendo o Presidente da Câmara assumido o compromisso de na reunião seguinte trazer
mais informação
Só que na reunião seguinte (5 de Janeiro de 2011), de novo questionado pelo Vereador da
CDU sobre as questões colocadas na reunião anterior, o Presidente ainda não tinha resposta e
prometeu, de novo, dá-la na reunião seguinte
Apercebendo-se das manobras dilatórias da maioria da Câmara para protelar a resposta
aos nossos requerimentos, que há meses vimos fazendo, o Vereador da CDU apresentou nesta
mesma reunião, um requerimento a solicitar:
Cópia do protocolo entre a Plural e a Câmara



Cópia da informação dos serviços competentes com a determinação exacta do valor pago
em 2010 pela Câmara Municipal em refeições (fornecidas quer em refeitórios municipais, quer
pagas em restaurantes)
Cópia da informação dos serviços competentes sobre o número de litros de gasóleo for-
necidos à Plural S.A., bem como cópia da necessária decisão da Câmara Municipal, com a res-
pectiva fundamentação legal
Cópia da informação dos serviços competentes relativa a outras despesas efectuadas pela
Câmara Municipal, relacionadas com a Plural S.A."
A resposta foi-nos entregue, em mão, em 15 de Fevereiro, através de um ofício datado de
3 de Janeiro (isto é, 2 dias antes da entrega do requerimento), que invoca uma reunião da Câmara
de 19 de Janeiro. Isto é que é uma verdadeira novela!
Finalmente, e só ao fim de nove meses, obtivemos cópia do famoso protocolo integral-
mente preenchido e assinado
E agora questiona-se: se o protocolo foi, efectivamente, assinado em 8 de Março, porque
é que, em Outubro, em vez da minuta incompleta, não nos foi entregue o protocolo integral?
Qual a dificuldade? Nessa altura já estaria efectivamente assinado? Ou não?
Tendo em conta todo este histórico de sonegações de informação é legítimo ter dúvidas
que a informação agora entregue seja a real
E na reunião de 19 de Janeiro último, e antes de dar resposta às questões suscitadas pela
CDU quanto à legalidade da decisão de permitir o abastecimento de gasóleo na ZIMB pela Plu-
ral, S.A., o Presidente da Câmara apresenta uma proposta de ratificação daquela decisão que, 6
meses antes e unilateralmente, tinha sido tomada pela maioria do PS
E é nesta reunião que, finalmente, a maioria socialista avança com uma informação, sobre
o que consideram terem sido os custos, para o Município de Coruche, do apoio à gravação da
novela, dizendo que esses custos seriam, apenas, de 57.042 €. Por acaso algum dos excelentíssi-
mos Deputados acredita?
Mas, vamos às contas apresentadas:
Gasóleo: entre 1 de Agosto e 31 de Dezembro de 2010 a Plural ter-se-á abastecido de
2.450 litros de gasóleo (com o valor de 2.892,04 €)
Quem nos dá esta informação? O Secretário do Vereador - quadro político do Partido
Socialista
Consta que os abastecimentos eram feitos, regra geral, depois da hora do expediente.
Porquê? Onde estão os documentos (extractos) devidamente assinados pelos responsáveis do
serviço? Ou é o Secretário do Vereador que tem a responsabilidade das bombas de combustível?
Refeições em refeitório municipal: 1605 refeições servidas no refeitório municipal, ao



custo unitário de 2,5 €. Ao contabilizar refeições a este valor, a Câmara está a omitir os custos
reais das mesmas, pois nem nas nossas próprias casas conseguimos confeccionar refeições a este
preço. Com que legitimidade a Câmara fornece refeições ao pessoal de uma empresa privada que
gera milhões!
Refeições em restaurantes: Valor total indicado - 8.996,67 € (referente a 1.195 refeições),
discriminado da seguinte forma:
Restaurante Bairro Novo - 318 refeições ao preço unitário de 6,60 € - 2.099,52 €;
Restaurante Agolada, Lda - 877 refeições ao preço unitário de 7,96 € - 6.897,15 €
Estes números são no mínimo curiosos!
Primeiro: alguém acredita que uma refeição na Agolada, Ld.ª custa 7.96 € ou no Restau-
rante o Bairro Novo, 6,60 €?
Segundo: o total de refeições fornecidas quer pelo refeitório municipal quer as tomadas
nos restaurantes, segundo a informação, foram 2.390
Ora, tendo em conta que o protocolo previa poderem ser fornecidas 65 refeições por cada
dia de filmagens, isto significa que, num período de 10 meses, terão ocorrido apenas 36 dias de
filmagens em Coruche. Ora, é do conhecimento público que as filmagens decorreram em muitos
mais dias
Pessoal da Autarquia: onde estão contabilizados os custos com os bombeiros e outro pes-
soal da autarquia que ao longo destes dez meses apoiaram as filmagens?
Conclusão: é uma evidência que nas contas apresentadas não estão reflectidos os reais
custos com o apoio da Câmara à novela
O que se acaba de expor demonstra que existiram procedimentos pouco transparentes e
que carecem de melhor explicação
Os direitos da oposição também foram grosseiramente violados
Há outra situação que é necessário referir, e que se prende com o contrato por ajuste
directo entre a Câmara e a empresa de publicidade "Apelo à Razão, Unipessoal Ld.a, propriedade
do Deputado Municipal Joaquim Banha
Este contrato é ilegal. Nenhum eleito da Assembleia Municipal pode celebrar contrato
com a autarquia
Além das questões legais, há também questões de ordem ética, que deveriam ser respeita-
das por todos os eleitos
Tendo em conta a falta de transparência nas questões que se acabam de relatar, conside-
ramos que as mesmas deverão ser analisadas pelo Ministério Público."
A partir deste momento o Deputado Municipal Gonçalo André Ramos Ferreira
(MIC), passou a participar nos trabalhos, sendo vinte e uma hora e quarenta e cinco



minutos
A Assembleia passou a ter a presença de vinte e oito membros
A Deputada Municipal Patrícia Tadeia apresentou, em nome do Grupo Municipal do PS
a Declaração que a seguir se transcreve:
"Serviço Ferroviário de Passageiros – Ligação Coruche – Lisboa
A activação do serviço de comboios de passageiros entre o Setil e Coruche foi possíve
devido ao empenho e esforço do executivo socialista, que sempre considerou o transporte ferro-
viário um eixo importantíssimo para o crescimento e desenvolvimento sustentável do concelho
Foi, pois, com regozijo que o Grupo Municipal do PS viu a realização do protocolo de
colaboração, em Julho de 2009, entre a CP, a REFER e os Municípios de Coruche, Salvaterra de
Magos e Cartaxo. Projecto este, considerado piloto pela Secretaria de Estado dos Transportes
O PS, considera hoje, como aliás sempre considerou, que a manutenção deste serviço
durante o período do protocolo, com a divulgação e promoção necessária que deve ser feita pela
CP - Comboios de Portugal, é um importante investimento na mobilidade das populações e um
real garante daquilo que é a função primordial do Estado e do Poder Local, isto é, fornecer um
serviço público eficaz e eficiente, o que em matéria de mobilidade, traz grandes benefícios
sociais, muitos deles não directamente quantificáveis, sobretudo em alturas em que a crise afecta
tantos portugueses
É nesse sentido, que o Grupo Municipal do PS quer felicitar e congratular-se pela manu-
tenção deste serviço, perante a ameaça de suspensão da ligação Coruche-Setil, tal como estava
patente na versão do plano de actividades da CP para 2011 e conforme foi noticiado na comuni-
cação social nacional, regional e local
Consideramos que a posição firme do executivo socialista no município de Coruche
como impulsionador deste protocolo e a solidariedade de todos os municípios parceiros foram
fundamentais para que a CP não levasse o plano avante, tal como, certamente a oposição
nomeadamente a CDU, gostaria
Basta recordar a fórmula mágica ou melhor "moralizante" feita de modo completamente
aleatório pela CDU, para que o Município poupasse dinheiro e combatesse os cortes que levou
do Orçamento de Estado. Ainda bem que o PS primeiro planeia e depois executa
Defender o serviço público é investir no serviço público, não incoerentemente, mas com a
visão de quem tem responsabilidades executivas e para quem honra os acordos e acredita na
importância e na funcionalidade da ferrovia, como meio de transporte económico, ecológico e
com pouco consumo energético
Tudo isto faz com que qualidade de vida seja sinónimo de ferrovia
Consideramos, por fim, que com o empenho do PS, sobretudo através do Senhor Presi-



dente da Câmara Municipal de Coruche, foi possível chegar a um acordo mais favorável para o
município de Coruche, com novos horários, que permitirão a chegada a Lisboa antes das 8 h e
das 9 h da manhã, sendo esta alteração bastante significativa para quem trabalha ou estuda em
Lisboa
Por outro lado, com a diminuição do número de circulações (menos duas durante a sema-
na e ao sábado) os custos operacionais irão decrescer cerca de 33%
Isto mostra que com planeamento, com rigor, é possível assegurar o interesse público e
diminuir custos
O Grupo Municipal do PS congratula-se com esta decisão, mostrando que também a
mobilidade é um problema político em que existem de facto soluções políticas, para assegurar
mais possibilidades às populações. Eis a diferença entre nós e os outros, uns enveredam pelo
mais fácil e irresponsável, pura suspensão. Outros, como nós, seguem a linha da coerência e,
ainda que por caminhos mais difíceis, preferem a racionalidade dos acordos e o cumprimento dos
mesmos."
O Deputado Municipal António Venda referiu: Eu estava convencido que todas as banca-
das estivessem de acordo com a manifestação que foi realizada, esta semana, junto ao Centro de
Saúde de Coruche. No entanto, parece que há Deputados Municipais que não estão contentes
quando as pessoas se manifestam, ou então estão preocupados porque não esperavam ver tanta
gente reunida. Souberam através da comunicação social, pois não estava presente nenhum deles.
Por outro lado, estão preocupados quanto ao local onde foi feita a manifestação pela
população da Lamarosa
A Junta de Freguesia da Lamarosa entendeu encabeçar esta missão, fez as devidas dili-
gências e o que é certo é que juntou ali tanta gente que incomodou algumas pessoas. O local
pode não ter sido o mais adequado, mas tivemos frutos e isso é que interessa à população da
Lamarosa e ao Presidente da Junta de Freguesia
As manifestações fazem-se para se obter resultados, até mesmo quando a freguesia da
Lamarosa é do Partido Socialista
As pessoas do Partido Socialista são livres de se manifestarem e até mesmo contra as
pessoas do Partido Socialista que estão no governo. No entanto, há pessoas que não são livres de
fazerem aquilo que querem, são guiadas por outras pessoas
Não estamos tão satisfeitos como gostaríamos, mas já demos um passo em frente, conse-
guimos que no Centro de Saúde de Coruche passem as receitas às pessoas da Lamarosa. Estas
deixam a indicação dos medicamentos na Junta de Freguesia e, depois, um funcionário vem ao
Centro de Saúde. Há três médicos, três dias por semana (à segunda, quarta e sexta-feira) que
fazem esse trabalho



O que a Junta de Freguesia da Lamarosa puder fazer em benefício da população irá fazê-
lo. Exemplo disso, é deslocar uma carrinha com um funcionário para que as pessoas, no mínimo,
fiquem mais satisfeitas e com o mínimo de despesas possíveis. Se tivéssemos ido a Lisboa, ao
Ministério da Saúde, não se conseguia as 200 pessoas que estiveram junto ao Centro de Saúde de
Coruche. Provavelmente seria criada uma Comissão de Utentes, composta por quatro ou cinco
pessoas. Se falam tanto de pobreza e das dificuldades das pessoas, como é que se mobilizava tan-
ta gente para ir a Lisboa? E quem é que suportava essa despesa?
Falam, falam, mas eu não os vi fazer nada, nem sequer os vi na manifestação
O Deputado Municipal Francisco Gaspar afirmou: Gostaria de começar por saudar a
declaração apresentada pela Segunda Secretária. Acho que está excepcional e que toca uma série
de verdades
Essa luta também deve existir no nosso país e não a vou partidarizar. Deve ser uma luta
de todos nós e não vou falar do acesso à política, vou falar em relação às empresas. Devemos ser
todos muito exigentes com a legislação laboral de forma a conseguir promover essa igualdade
Queria também saudar o Presidente da Junta de Freguesia da Lamarosa pela excelente
iniciativa. Perante os problemas, muitas vezes falta-nos a coragem de dar aquele passo em frente
e de dar a cara. Deixar-lhe publicamente a minha homenagem enquanto representante da Junta
de Freguesia da Lamarosa
Gostaria ainda de abordar mais três assuntos que preocupam o PSD:
O primeiro, tem a ver com uma notícia que saiu esta semana no jornal "Público" e que
relata a saída de jovens do concelho de Coruche para outros concelhos, nomeadamente para
Mora. Todos se recordam que tivemos esta discussão na última Assembleia, em que o Senhor
Presidente da Câmara acabou por desvalorizar a importância que se dá aos incentivos a nível das
taxas e impostos
Também saiu uma notícia no jornal "O Mirante" intitulada "Empresa de autarca socialista
garante continuação de protocolo entre a Câmara de Coruche e Rádio Voz do Sorraia". Este
assunto já aqui foi referido. De qualquer forma, a minha preocupação, ao contrário do que muitas
vezes é dito, não tem a ver com a Rádio Voz do Sorraia. Aliás, penso que faz falta ao concelho
de Coruche como todos os órgãos de comunicação social - e deverá haver vários. Atendendo a
este título que é sensacionalista, gostaria de ouvir o Senhor Presidente da Câmara sobre esta
questão, pois segundo esta notícia a Câmara assina um protocolo com o Presidente da Junta de
Freguesia de Santana do Mato, com o Vice-Presidente da Concelhia do PS, com o Director da
Rádio Voz do Sorraia, o que me deixa verdadeiramente preocupado. Além disso, é referido na
notícia que a Câmara vai ter direito a "spots" isolados publicitários e antes do sinal horário. Não
sei se isto já existia ou se é uma novidade. Quando falamos de pluralismo e de democracia, dei-



xava aqui estas questões
Por fim, gostaria de apresentar uma Moção. Como disse o Senhor Presidente da Junta de
Freguesia da Lamarosa, e nós também aqui nesta Assembleia, nomeadamente eu, que desde
2001 estou neste órgão e acompanhei ainda o mandato do Governo do PSD, algumas vezes apre-
sentámos documentos fazendo exigências ao Governo, do então Primeiro Ministro Durão Barro-
so. Hoje, o PSD vem apresentar uma Moção sobre a saúde e a postura do governo relativamente
ao nosso concelho
Seguidamente, apresentou a Moção , que a seguir se transcreve:
"Governo Ataca Saúde no Concelho de Coruche
Nunca como agora, a saúde no Concelho de Coruche foi tão atacada
Temos que ser solidários com as preocupações e indignação da população, e repudiar o
ataque contínuo que o Governo tem feito à prestação de cuidados de saúde no Concelho de
Coruche, senão vejamos:
Abertura do SUB - Serviço de Urgência Básico de Coruche, onde foram gastos milhares
de Euros, por várias vezes anunciada, mas este Serviço de Urgência e as suas valências, que tanta
falta fazem ao Concelho continua por abrir, exigimos um compromisso e um assumir de res-
ponsabilidades políticas, ao nível da ARSLVT e do ACES da Lezíria II, e a sua abertura rapida-
mente;
O fecho da extensão do Centro de Saúde que servia o Biscainho e os Foros da Charneca,
representa um ataque claro à prestação de cuidados de saúde e à população do Biscainho, que ao
perder esta Extensão do Centro de Saúde, tem de se deslocar a Coruche para continuar a receber
cuidados médicos;
O fecho da Extensão do Centro de Saúde de São José da Lamarosa, onde ainda recente-
mente tinham sido investidos dinheiros públicos, por parte da autarquia, para melhorar as condi-
ções, deixou a população da Freguesia sem médico de família, situação que se arrasta sem que a
ARSLVT e o ACES da Lezíria II, encontrem uma verdadeira solução e com graves prejuízos
para a população;
Estas três situações são um exemplo claro da política de saúde do Governo para o Conce-
lho de Coruche, que tem passado pelo fecho das Extensões do Centro de Saúde e diminuição da
qualidade dos serviços prestados, ao mesmo tempo que obriga a população a grandes desloca-
ções e aumento das despesas.
Mas, também o Estado Social, os mais pobres e os idosos estão no centro destes ataques,
senão vejamos:
O agravamento das taxas moderadoras e retirada de isenções a alguns idosos e população
mais necessitada;



O fim do reembolso do transporte de doentes, que afectou gravemente os idosos e os mais
pobres no nosso Concelho;
Redução da comparticipação de medicamentos, medida que abrange toda a população
independentemente dos seus rendimentos;
Ataque aos direitos dos doentes crónicos, hemodialisados e oncológicos;
Estes são apenas alguns exemplos do ataque ao Estado Social por parte do Governo, que
têm apenas um objectivo, a sua destruição
Não podemos tolerar e calar esta verdadeira guerra declarada à prestação de cuidados de saúde.
Defendemos o princípio universal do direito à saúde e aos cuidados de saúde, não vamos
tolerar que a população do concelho de Coruche, perca valências nesta área e ao mesmo tempo
os mais idosos e pobres vejam o acesso a medicamentos, consultas ou tratamentos vedado por
falta de rendimentos, como já está a acontecer
Neste momento as forças políticas do Concelho de Coruche, representadas na Assembleia
Municipal, devem estar juntas e demonstrarem indignação e repudio junto do Ministério da Saú-
de e exigir a normalização do acesso à saúde no Concelho de Coruche, demonstrando desta for-
ma que acima dos interesses políticos está a defesa da população
Este é um momento em que todos temos de estar Unidos na defesa intransigente do Con-
celho de Coruche.
Atendendo ao referido anteriormente, a Assembleia Municipal de Coruche, reunida em
25 de Fevereiro de 2011, aprova os considerandos anteriores e irá enviar esta Moção às seguintes
entidades:
Senhora Ministra da Saúde
ARSLVT
ACES da Lezíria II
Grupos Parlamentares da Assembleia da República
Órgãos de Comunicação Social Local e Regional."
Por fim, dizer que estava à espera que o Senhor Presidente da Assembleia nos fizesse
aqui um relato sobre a reunião que hoje se realizou da Comissão de Saúde da Assembleia
O Presidente da Assembleia referiu: O Deputado Municipal Rui Aldeano abordou aqui as
questões da saúde em Coruche, com a sua forma política, como é habitual, mas quero-lhe dizer
que não são só os Deputados da CDU que estão preocupados com as questões da saúde no con-
celho. Também os Deputados do PS, do PSD e do MIC estão preocupados, não é uma preocupa-
ção exclusiva da CDU
Existe, de facto, uma diferença, e o Deputado Municipal António Venda já a frisou aqui



ACTA Nº 10 SESSÃO ORDINÁRIA DE 25 DE FEVEREIRO DE 2011

claramente. O governo actual é do PS, mas os autarcas do PS não têm medo de vir para a rua fazer as manifestações que forem precisas para que a saúde em Coruche tenha a melhor qualidade e para que tal seja possível, dentro dos critérios que estejam estabelecidos, e também para que cumpra aquilo que foi o prometido nas eleições em 2009. Os autarcas do PS não fizeram mais do que transmitir aquilo que lhes foi transmitido. Se alguém falhou, não foi o Presidente da Câmara ou o Presidente da Assembleia, nem foram os autarcas do PS. Se alguém falhou foi o Ministério da Saúde, foi o governo do PS, pois não cumpriram com aquilo que disseram. ----------É preciso diferenciarmos as questões. Não é pelo facto do PS estar na Câmara Municipal há dez anos que a saúde está neste estado. Isso é uma falácia. Com o PS na Câmara não temos medo de fazer manifestações. Duvido é que se fosse o PCP que estivesse no governo, os Deputados da CDU fizessem manifestações. Todos sabemos que isso é verdade. Nem piavam.----------O PS, de facto, é um partido que nos deixa margem. Nós não temos condicionalismos nesta matéria. Pelo facto de estarmos aqui em representação do PS, uns filiados outros independentes, ninguém nos obriga a não nos manifestar. Era o que faltava! E então a nossa liberdade? ------- Também não posso deixar de estar de acordo e dizer que o Senhor Presidente da Câmara tem feito, sobre esta matéria, todas as "demarches" políticas possíveis. Não o dizer é não estar a falar verdade. Os médicos por vezes também não são assertivos nalgumas matérias. Também é preciso a gente dizer isto, porque o problema não é só governamental. Às vezes também é dos prestadores de serviços em termos de estarem disponíveis em determinadas alturas para colaborarem e serem mais assertivos em matéria de solidariedade social. ------------ Como sabem, a Assembleia procurou criar uma Comissão. Algumas vezes chamei a atenção que os partidos não indicavam os seus representantes. Marquei para hoje, antes da Assembleia, a primeira reunião da Comissão. Convoquei os membros que foram indicados pelas várias forças políticas e ainda o Deputado Municipal Nelson Galvão, porque é o representante da Assembleia no ACES da Lezíria. O objectivo da reunião foi deliberar estratégias e começar a fazer abordagens às várias entidades que estão envolvidas ou têm responsabilidades na saúde em Coruche. Estiveram presentes, eu, o Nelson Galvão, o Abel Santos e o Joaquim Serrão. Faltou o José Meirinho e o Fernando Serafim. Nessa reunião ficou delineado começarmos a trabalhar em contacto com a ARSLVT e dar conhecimento à ACES da Lezíria II das diligências que ------ Já nos apercebemos que o Centro de Saúde não tem solução para o problema e a entidade que gere os Centros de Saúde também não. A responsável já nos disse pessoalmente que seria bom que déssemos uma ajuda em termos de pressão. Portanto, vamos para a Sub-Região de Saúde, vamos para a Comissão de Saúde da Assembleia da República, vamos para o Secretário de Estado, vamos mexer tudo para fazer pressão. Efectivamente, é o que podemos fazer: manifestar

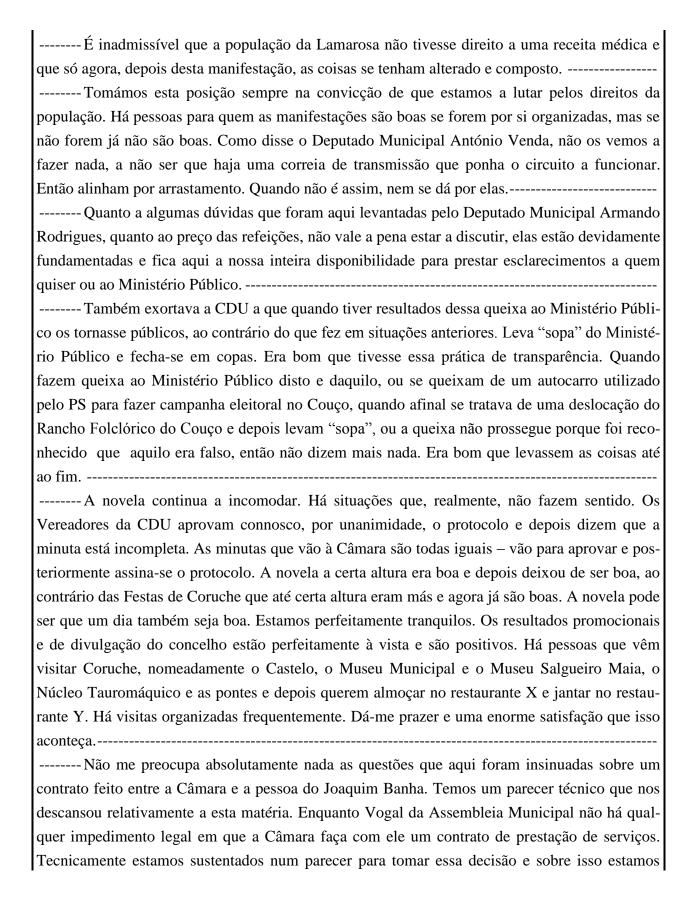


o nosso desagrado enquanto representantes da população do concelho de Coruche. Foi a decisão
que tomámos. Durante esta semana vamos fazer os ofícios e começar a mexer nesta situação. Dar
uma ajuda ao Presidente da Câmara, pois também precisa da ajuda da Assembleia. Em resumo,
foram estas as linhas que traçámos nesta reunião de hoje
Quero deixar esta nota porque isto é transversal a todos os Deputados Municipais e a toda
a população
Todos sabemos que houve uma má planificação de médicos. Ainda hoje na reunião o
Deputado Abel Matos dizia que esta situação devia ter sido planeada há 15 anos atrás
Os lóbis da saúde não deixaram que isto acontecesse e hoje não temos médicos. E só é
provável que a situação seja resolvida em 2015
Ser poder em Coruche e o governo ser PS não limita em nada a nossa actuação. Vamos
fazer aquilo que é necessário para que Coruche tenha a saúde com o mínimo de dignidade. Como
sabemos, somos um concelho que está a envelhecer e as pessoas precisam, cada vez mais, de
assistência médica
De seguida, passou a palavra ao Presidente da Câmara
O Presidente da Câmara afirmou: Gostaria de prestar alguns esclarecimentos. Não vou
responder a provocações e a outras posturas menos educadas, que são banais para algumas pes-
soas quando levantam a voz, como que isso nos assustasse. Todos temos experiência de vida e
uma actividade profissional. Não é por alguém levantar mais a voz ou ser mais agressivo, que
deixamos de intervir ou de estar aqui com toda a naturalidade a falar das coisas que dizem res-
peito aos coruchenses
Nada é mais desadequado do que dizer que este executivo do PS tem uma linha política
conivente e tolerante com o governo. Temos uma linha política que tem a ver com os interesses
da população e que levou a que o Presidente da Câmara tenha estado, há uns tempos atrás, junto
da população do Biscainho e dos Foros da Charneca à porta do Centro de Saúde de Coruche a
protestar e a contestar o facto de não haver médico de família para os utentes do Biscainho e dos
Foros da Charneca. Na sequência dessa manifestação conseguimos alterar a situação, passando a
haver médico de família, o que resultou exactamente dessa tomada de posição das populações e
também do Presidente da Junta de Freguesia do Biscainho e da Presidente da Junta de Freguesia
de Benavente. Para o Biscainho arranjou-se uma solução que serve a população, e no caso de
haver dúvidas, faça-se um inquérito à população sobre o seu nível de satisfação
É evidente que se têm de deslocar a Coruche, mas isso significa serem atendidos e terem
médico de família, coisa que não acontecia habitualmente no Biscainho, onde em diversas cir-
cunstâncias o tratamento e a forma como eram acolhidos não correspondia às expectativas da
população. A Junta de Freguesia criou mecanismos de apoio e transporte para pessoas com mais



dificuldades financeiras ou de mobilidade. Não há a manutenção da Extensão de Saúde, mas a
população, tanto quanto me apercebo, ouvindo o Senhor Presidente da Junta de Freguesia e
falando com as pessoas, está satisfeita com esta solução
Tenho dito, e é verdade, que pior que nós estão outros Concelhos e não é preciso ir muito
longe. Em Salvaterra de Magos, Benavente, Chamusca e Almeirim, há milhares de pessoas sem
médico de família. Não é com a desgraça alheia que ficamos satisfeitos. Mas, de facto, é uma
constatação a falta de médicos de norte a sul do país
Falando de casos concretos, estão desapoiados sem médico de família os utentes da
Lamarosa. A manifestação resultou em algumas medidas paliativas para que as coisas fiquem um
pouco melhores, pois nem sequer tinham direito a uma receita (só eram atendidos em caso de
urgência no SAP de Coruche). A partir desta semana, passam a ter, pelo menos, médicos em
horário determinado no Centro de Saúde que, no mínimo, lhe prescrevem os medicamentos. Há
dois meses que não tinham nada disto. É importante que se diga que houve um esforço da Junta
de Freguesia e um forte empenhamento do seu Presidente
Não admito, e dou isso completamente de barato, trata-se de chicana política, vir-se aqui
falar que o Presidente da Câmara teve uma atitude cínica junto da população. O Presidente da
Câmara está com a população em todas as circunstâncias quando se entende que a população tem
razão e que merece esse apoio. Reuni há cerca de 15 dias com a ARS e espero também reunir, na
próxima semana, com o Secretário de Estado da Saúde. A seu tempo daremos conta daquilo que
serão as nossas iniciativas
Há dias, fui questionado por um Vereador da CDU sobre se a Câmara estava disposta a
pagar a um médico para vir para Coruche. Nós não estamos dispostos a pagar a um médico para
vir para Coruche, mas estamos dispostos a continuar a dar ajuda para que a saúde em Coruche
tenha melhores condições, em apoio material e em equipamento. Comprámos uma Unidade
Móvel de Saúde, apoiámos a remodelação da Extensão de Saúde da Lamarosa e estamos a apoiar
a construção da Unidade de Cuidados Continuados com 500 mil euros. Isto incomoda algumas
pessoas, mas é frontalmente uma posição da Câmara Municipal de Coruche a favor da saúde.
Temos tido outras iniciativas fundamentais, como o alojamento de médicos estagiários na nossa
residência estudantil. Há notícia que podem vir médicos do Uruguai e de Cuba
A Câmara não irá contratar médicos, pois pensamos que é uma competência do Serviço
Nacional de Saúde e a que todos temos direito. Não entraremos nesse tipo de situação
Reconhecemos que as coisas estão mal e por isso estamos ao lado da população e não
teremos dificuldade de fazer manifestações em que se questione o Governo, a Ministra da Saúde,
o Secretário de Estado da Saúde ou os responsáveis pela ARS e pela ACES. Não temos receio de
dar a cara nessas circunstâncias







tranquilos
Em relação à notícia do Público que o Deputado Municipal Francisco Gaspar citou, não
são jovens de Coruche que foram para Mora em fuga. Foi uma jovem de Coruche, mais propria-
mente do Couço, que fez o curso de enfermeira e se enamorou de um rapaz de Mora. Resolveram
casar e fixar residência em Mora. Também podia dar um exemplo exactamente ao contrário. Ac
meu lado está um jovem do Couço que se conciliou com uma rapariga de Mora e ela veio para o
concelho de Coruche. Há muitos outros exemplos: uma bombeira profissional que é de Mora e
que comprou casa e vive em Coruche e uma jovem de Coruche que durante um tempo trabalhou
no Fluviário de Mora
Todos sabemos que a fuga dos jovens não se faz do interior para o interior, faz-se do inte-
rior para o litoral
Conheço o artigo e até sei porque é que ele foi publicado. Fico satisfeito que Mora tenha
conseguido publicar o artigo, pode ser entusiasmante para alguns jovens, mas infelizmente em
termos de números não tem expressão
Quanto aos cuidados de saúde no concelho, no essencial estou de acordo com as questões
que foram levantadas pelo Vogal Francisco Gaspar e parece-me que a Assembleia Municipal
também poderá assumir uma posição reivindicativa relativamente ao Ministério da Saúde. Acho
que é absolutamente fundamental e todos temos direito a fazê-lo
Em relação ao transporte ferroviário, temos um protocolo previsto com a CP para reduzir
custos em cerca de 33% e isso é bastante simpático na medida em que, finalmente, se concreti-
zam algumas medidas em que temos vindo a insistir ao nível da redução de custos e da operacio-
nalidade dos horários
Sobre as refeições no refeitório municipal, o valor de 2.50 € é exactamente o mesmo que
pagam as outras pessoas. A Câmara fez aquilo que ninguém tinha feito antes. Colocou artistas da
novela a almoçar no refeitório. Não é desprezo nenhum. As refeições são até ao máximo de 65
por dia. Não são 65 todos os dias. É para os artistas, até ao limite de 65 por dia
Quanto às refeições nos restaurantes Bairro Novo e Agolada, contratámo-las antecipada-
mente e é assim que é facturado
É a novela com melhor share. As filmagens terminaram em Janeiro e a novela vai estar
no ar até Abril, o que é muito simpático
O Deputado Municipal Joaquim Serrão referiu: Em relação à Moção apresentada pelo
Deputado Francisco Gaspar não concordo com algumas afirmações, nomeadamente com o títu-
lo, "Governo Ataca Saúde no Concelho de Coruche". Não concordo, também, com referências
ao "ataque aos direitos dos doentes crónicos, hemodialisados e oncológicos". Também apresenta
os exemplos do Biscainho e da Lamarosa onde, por sinal, já foi encontrada uma solução. Por



isso, não vou votar favoravelmente a Moção
O Deputado Municipal Rui Aldeano afirmou: O Grupo Municipal da CDU, e em conso-
nância com o que disse no princípio da minha intervenção, irá votar a favor desta Moção
No entanto, do nosso ponto de vista, no concelho de Coruche, como em muitos outros
concelhos, não se trata do simples argumento da falta de médicos, há também responsabilidades
políticas que têm de ser assumidas
Adoro ver os Deputados Municipais do PS a pensar pela sua própria cabeça. É curioso
pensarem pela própria cabeça e não terem problemas em enfrentar os governantes do próprio
partido. Deviam ir a Almeirim, pois é lá que está o ACES e um dirigente
Não deixou de ser, no mínimo, significativo, para não dizer outra coisa, que o Deputado
Municipal Joaquim Serrão, em dois minutos, conseguisse deitar abaixo as intervenções dos Pre-
sidentes da Câmara e da Assembleia Municipal sobre o que têm feito relativamente à política do
PS pela saúde no concelho de Coruche . Cá está o Deputado Municipal Joaquim Serrão a pensar
pela sua própria cabeça.
O Deputado Municipal Armando Rodrigues referiu: Creio que a saúde é uma matéria
séria e extremamente importante no nosso concelho. Todos os dias assistimos a um ataque ao
Serviço Nacional de Saúde. O que se pretende discutir é o Serviço Nacional de Saúde. O pro-
blema não é de falta de médicos no país, mas de falta de médicos no Serviço Nacional de Saúde.
Quero lembrar que há cerca de 10 anos existiam no concelho de Coruche 16 médicos.
Hoje há 9 médicos. Não estou a colocar o problema dos médicos de família, estou a colocar o
problema de quantos médicos de clínica geral estão hoje entre nós no Serviço Nacional de Saú-
de. Penso que são manifestamente poucos para um concelho como o nosso. Alguns médicos
estão cá, mas não estão no Serviço Nacional de Saúde
Convém referir que o ex-Ministro Correia de Campos, hoje Deputado no Parlamento
Europeu, é uma imagem de marca do Governo do PS que muito contribuiu para a destruição do
Serviço Nacional de Saúde. Da primeira vez que esteve no Governo começou por dizer que tinha
de haver um imposto sobre a saúde. Hoje, já se fala que os portugueses vão ter que pagar um
imposto sobre a saúde. A situação é, de facto, preocupante. Ao abordar as questões da saúde no
nosso concelho, não podemos falar dos problemas sem ter presente as causas. As causas para os
problemas estão nas políticas seguidas. Isso é indiscutível. Há pouco, foi dito que não há aqui
interesses políticos ou partidários e que estamos todos do mesmo lado e a procurar o melhor para
a saúde no nosso concelho. Então estamos em consenso. É ou não é verdade que desde o 25 de
Abril têm sido o PS ou o PSD os titulares do Ministério da Saúde? Não temos que assacar res-
ponsabilidades a estes dois partidos? Se a situação do Serviço Nacional de Saúde está como está
a eles se deve. É honesto intelectualmente dizer que vamos discutir a saúde, mas não vamos falar



em questões políticas ou partidárias? Não se pode discutir os problemas da saúde sem se falar
nas políticas de saúde e de quem as promove
Ouvi António Arnaut, um histórico do Partido Socialista, um dos grandes impulsionado-
res, sem dúvida, do Serviço Nacional de Saúde, dizer que as políticas destes últimos Governos,
nomeadamente do actual Governo, estão a liquidar o Serviço Nacional de Saúde
A situação é dramática. Vamos ser sinceros e vamos chamar as coisas pelos nomes
Não podemos deixar de salientar a enorme contradição que existe na informação prestada
pelo Presidente da Câmara. Sobre matéria de saúde diz que foi questionado por um Vereador da
CDU se estaria disposto a pagar a um médico ao que respondeu que a Câmara não está disposta a
fazer isso, pois é uma competência do Governo. A seguir disse que por parte da Câmara há dis-
ponibilidade total para manter o transporte ferroviário de Coruche para Lisboa. Que eu saiba
nenhuma das autarquias reivindica para si a competência dos transportes ferroviários. É evidente
que é importante que haja caminho de ferro em Coruche e noutros locais, mas o problema é que
não deve ser à custa das autarquias. Há milhares de euros por mês para pagar de transporte ferro-
viário, que é uma competência do Governo, mas para a saúde nem pensar nisso, não é uma com-
petência nossa. Não há aqui uma contradição?
O Deputado Municipal Abel Matos afirmou: Concordamos com a Moção apresentada
pelo PSD e obviamente iremos votar a favor
Gostaria de dizer, no entanto, que o Estado Social, de que hoje tanto se fala, já não exis-
te. Iniciou-se nos anos sessenta e teve progressos importantes na vida do país, mas hoje assisti-
mos a uma ausência total do Serviço Nacional de Saúde. As coisas não funcionam. Trabalho
numa grande unidade de saúde nacional onde recebo muita gente de Coruche, e de outras partes
do país, e oiço as queixas por parte das pessoas. Percebo as suas dificuldades
Lamento que o Deputado Municipal Joaquim Serrão tenha esta postura tão contrária à
Moção, porque de facto é o que acontece. Basta haver um só ataque à saúde para que as pessoas
sofram
Acho que é manifesta incompetência do Governo, que não sabe o que anda a fazer. As
carreiras estão congeladas, as contratações não são possíveis. Bastava um despacho de excep-
ção. Por parte da Ministra da Saúde ou do Primeiro Ministro e pouparíamos milhões de euros.
Pelo país inteiro estão a pagar a empresas quatro e cinco vezes mais do que aquilo que pagariam
a um médico. Isto demonstra desnorte e desleixo. É, também, de facto o poder dos "lobbies" da
saúde
Acho que numa Moção destas devemos estar todos unidos. Trata-se da saúde de todos
nós, dos nossos filhos, país e avós. Hoje a saúde em Coruche está muito pior do que há uns anos
atrás. Apesar do esforço que os profissionais de saúde têm feito e até do apoio que a Câmara tem



dado em termos de condições, é preciso gritar mais alto e ter uma posição mais pró-activa e mais
forte, no sentido de defender os interesses do concelho. Só ofícios não chegam. É preciso ir mais
além. Se for preciso o Senhor Presidente da Câmara disponibiliza o comboio para irmos a Lis-
boa, ao Ministério da Saúde. É mais rápido e concerteza que fica mais barato
Penso que não devemos ter qualquer dúvida em votar esta Moção que é do interesse de
todos nós
O Deputado Municipal José Teles referiu: Não gosto de ser advogado em causa própria,
mas há duas ou três incorrecções que foram aqui ditas, quanto a mim, e algumas delas constam
da moção apresentada. Quanto aos medicamentos, e falo por mim, posso dizer que dos medica-
mentos que passo, 90%, ou mais, são gratuitos. Até para pessoas que não são isentas determina-
do tipo de medicamentos passaram a ser gratuitos. É o caso, por exemplo, dos medicamentos
para o colesterol. Se a pessoa chegar á farmácia e disser " Eu quero um medicamento que não
pague, tem ordem minha. A receita não vai trancada. Há produtos com qualidade e que não são
pagos neste momento. Em relação aos meus doentes que se encontram em hemodiálise ou em
situação oncológica, pelo menos que eu saiba, nunca foram prejudicados por não se passar trans-
porte. Em relação ao concelho de Coruche acredito que eu e a maioria, se não todos, dos meus
colegas não temos o cuidado de poupar o Estado nessas coisas em prejuízo do doente. É impor-
tante que se diga que em relação às taxas moderadoras, que talvez 80% da população não paga
taxas moderadoras. Também é importante que se diga que há um abuso de pedidos de prescrição
a prescrição. Há um grande grupo e pessoas, que como não paga, todos os dias vai pedir medi-
camentos. Eu tenho situações no Couço, para não personalizar, em que a mesma utente, que é
relativamente nova, foi três dias seguidos pedir o mesmo medicamento. Isto é verdade. Se calhar
devia de haver um bocadinho mais de formação ou de informação em relação à população
Em relação à Unidade Básica concordo perfeitamente em como será uma mais valia para
o concelho, até porque liberta os médicos da USF para outro trabalho. Pessoalmente, sou benefi-
ciado com essa abertura. Agora dizermos que os doentes são prejudicados no custos dos medi-
camentes ou que nós somos limitados nas prescrições, é falso. E eu posso demonstrar. Se
alguém quiser ir ter comigo eu mostro no computador e dou-lhe os dados
É fácil embandeirar em arco.
É fácil a gente escrever o que não é bem verdade
É fácil manipular informação
Eu sou um dos médicos que vai passar algumas coisas para a Lamarosa. O Sr. Presiden-
te pode passar essa informação - as minhas receitas não vão trancadas, portanto o doente pode
pedir o medicamento mais barato. Se for reformado ou isento, 90% dos medicamentos ditos
normais são gratuitos. E até são gratuitos para pessoas como eu. Se me passarem um medica-



mento para o colesterol de determinadas marcas, não pago. O que é um abuso porque eu devia
pagar. Como eu, para qualquer um que paga taxas moderadoras, há medicamentos em que não se
paga nada. E são medicamentos que nós, por uma questão de solidariedade deveríamos pagar. A
solidariedade é aquele que pode pagar ajudar aquele que não pode pagar. Isto é que é solida-
riedade
Importa dizer, também, que no concelho haverá um abuso de transporte em táxis. Havia
pessoas que vinham ao Centro de Saúde de carro e depois iam pedir o táxi para fazer fisioterapia
e coisas deste tipo. Não há nenhum serviço que aguente isto. Tem de haver um mínimo de gestão
nas coisas.
Isto são situações concretas e que podem ser provadas. É evidente que depois acaba por
pagar o justo pelo pecador
Mas em termos técnicos, e eu falo pela questão técnica, penso que pela maioria dos meus
colegas nenhum doente é prejudicado. Eu nunca recebi nenhuma ordem para não passar medi-
camentos a A,B ou C porque é caro. Nunca recebi !
É evidente que nós somos um país pobre, temos que nos convencer que somos pobres.
Todos temos que poupar e temos que ser racionais
Há idosos que, infelizmente, por várias razões, chegam a ter em casa autênticas farmá-
cias. Eu chego a casa dos doentes e vejo. Eu também sou, em parte, o culpado disto
Há dias apareceu-me um doente que estava a tomar quatro medicamentos iguais. Isto é
grave. Esta situação acontece. Em termos médicos, o trabalho é mais e nós somos menos. O pro-
blema é esse também. De certeza, e é natural, que se comecem a criar conflitos, porque acaba-
mos, às vezes, por não ter paciência. Também somos humanos. Há situações que vão acontecen-
do com os médicos que vão atingindo certas idades. Outras vezes ficam doentes. A minha cole-
ga, há dias, partiu um braço e esteve dois meses e meio sem ir trabalhar. Eu tive um "piripaque"
um dia destes, fui para Santarém, mandaram-me estar um mês em casa e eu estive dois dias. Não
quero que me agradeçam, mas isto aconteceu comigo
O Serviço de Saúde está mal. Eu concordo com o Presidente. Há um problema de gestão.
Não compreendo, sinceramente, como é que deixam reformar médicos. É evidente que com as
reformas que alguns deles ganham eu também ia embora. Pessoalmente sou acérrimo defensor
do Serviço Nacional de Saúde. Embora faça medicina privada, não sou defensor da medicina
privada
Já sabemos o que vai acontecer a esta Moção (para mim tem um bocadinho de piada). Se
isto der a cambalhota, havemos de estar aqui um dia a discutir como é que são as taxas modera-
doras, quem é que tem acesso ao Serviço Nacional de Saúde e quando é que se privatiza o servi-
ço nacional de saúde
13 we showe.



Eu voto contra esta Moção
O Presidente da Assembleia referiu: Penso que a intervenção do Deputado Municipal
José Teles foi bastante elucidativa. Trata-se de uma pessoa conhecedora do meio e que está por
dentro da realidade
Houve uma coisa que me marcou muito - um doente ter uma série de caixas do mesmo
medicamento. Isso revela também alguma desorganização do Serviço Nacional de Saúde, porque
se houvesse uma ficha informática do doente isso não existia
Noto nesta Assembleia que há divergências em relação a esta Moção. Na qualidade de
Presidente da Assembleia, custa-me muito uma Moção destas não ser aprovada por unanimidade.
Ainda mais, depois de ocuparmos o Período de Antes da Ordem do Dia a discutir a saúde
Propunha ao proponente da Moção e aos elementos da Assembleia que fazem parte da
Comissão de Saúde que encontrem uma Moção que a Assembleia Municipal aprove por unani-
midade. Acho que era extremamente importante. A sensibilidade que eu estou a ter neste
momento é que vamos pôr a Moção à votação e esta corre o risco de não ser aprovada. Quero
fazer essa pergunta ao Deputado Municipal Francisco Gaspar e também à Assembleia. O propo-
nente é que tem a chave, se está disponível para conciliarmos as partes. Se não estiver disponí-
vel, dou o tempo que falta aos Deputados Municipais e vou pôr a Moção à votação
O Deputado Municipal Francisco Gaspar referiu: Ouvi aqui alguns comentários e gostaria
de dar alguns esclarecimentos, mas primeiro devemos ouvir todos os Deputados Municipais
O Deputado Municipal Gonçalo Ferreira afirmou: Vou votar a favor desta Moção, até
porque ela deixa aqui em aberto e a descoberto uma falácia citada pelo Senhor Presidente da
Câmara e que foi veiculada em 2009 aquando da campanha autárquica - se os eleitores votassem
numa Câmara Municipal Socialista, como o Governo era PS, tudo seria mais fácil. Havia mila-
gres e Coruche ia-se desenvolver com mais facilidade. Hoje verificamos que a saúde está num
estado cada vez mais lamentável e a esvaziar-se. A verdade é esta - o executivo socialista eleito
em 2009, só por ser da cor do Governo, não conseguiu resolver estes problemas
Não estou a dizer nenhuma mentira. O Senhor Presidente da Assembleia foi o próprio que
disse, há pouco, que o Governo mentiu e não cumpriu aquilo que havia prometido aos eleitores.
Não estou a dizer nada que o Senhor Presidente da Assembleia não tenha dito
O Deputado Municipal Joaquim Banha afirmou: Quando comecei a ouvir a Moção não
estava de acordo. Depois, comecei a ouvir e pensei que ia estar finalmente de acordo com o
Deputado Francisco Gaspar, com quem normalmente nunca estou de acordo. Mas levantaram-se
alguns questões que não são políticas, são partidárias
O Deputado esqueceu-se de uma coisa que é importante e sobre a qual eu estaria de acor-
do que referisse. Quer se queira ou não, tem de ser reconhecido que há mais condições de saúde



do que havia antes. Basta olharmos à volta para verificarmos que hoje temos condições que antes
não existiam. Agora, há alguns factos que ainda estão à espera de avançar. E porquê? Porque há
falta de médicos. O facto de existir falta de médicos deveria constar da moção. E há falta de
médicos porquê? Devido aos " numerus clausus" que foram instituídos aos estudantes no tempo
do Governo de Cavaco Silva
Depois deste esclarecimento do Dr. José Teles, médico e conhecedor da situação, concer-
teza que ficámos todos mais informados
Posso aliás dar aqui um exemplo pessoal. Eu sou diabético e compro medicamentos a
sessenta cêntimos. Ora, eu com a minha reforma posso pagar
Penso que há de facto uma situação de falta de médicos. Esta situação o governo não
resolveu e deve resolver
Estou de acordo com o Presidente da Assembleia. A moção deve baixar à Comissão da
Assembleia ou ela vai ser rejeitada
O Deputado Municipal Ernesto Cordeiro referiu: A minha intervenção baseia-se na forma
como a está feita esta Moção
Estou contra a Moção no sentido dos chavões que ela apresenta. Há chavões que eu con-
deno realmente
Toda a população do nosso país, não só a de Coruche, que não tem dinheiro para pagar
aos privados está interessada no Serviço Nacional de Saúde
Queria também alertar a Mesa em relação às intervenções que se desviem do assunto que
está a ser tratado. Devia ser cortada a palavra ao Deputado que se desviasse do assunto. Não
estou de acordo que estejamos a falar sobre um assunto e, apanhando-se a oportunidade, mande-
se abaixo A ou B ou fale-se de outro assunto.
O Deputado Municipal Joaquim Paulino referiu: A minha intervenção tem a ver com o
fecho da Extensão de Saúde do Biscainho e Foros da Charneca. Começava por questionar o
Deputado Municipal Francisco Gaspar sobre qual foi o apoio que deu à Junta de Freguesia para
que a Extensão de Saúde não fosse fechada. Se calhar não tem conhecimento de como aquela
Extensão de Saúde estava a funcionar. Já há uns meses que não tinha médico e não era fácil ir
para lá um médico. Como todos sabemos, teve mesmo de ser fechada. Os utentes dirigiam-se lá e
estavam às vezes 15 dias, ou 3 semanas, à espera dos seus medicamentos
Aquela Extensão de Saúde, como estava a funcionar, não servia os utentes do Biscainho
nem dos Foros da Charneca. Fizemos uma manifestação junto ao Centro de Saúde de Coruche,
como fez agora a Lamarosa, onde esteve o Presidente da Junta de Freguesia do Biscainho, o Pre-
sidente da Câmara, os utentes do Biscainho e dos Foros da Charneca, a Presidente da Junta de
Freguesia de Benavente e conseguiu-se resolver o problema para melhor. Hoje, as pessoas che-



gam ao Centro de Saúde de Coruche e marcam a sua consulta. Passados 15 dias, como está a
acontecer, são consultados. A Junta de Freguesia dá transporte para os mais carenciados e para
os que têm mais dificuldades. Depois têm a sua receita e podem levantar os medicamentos. Estão
melhor servidos assim do que se a Extensão de Saúde lá estivesse. Neste momento, os utentes do
Biscainho estão a ser bem servidos
Dizer ao Deputado Municipal Francisco Gaspar que se calhar tem de ir mais vezes ao
Biscainho. Eu não o vejo lá há muito tempo. É por isso que, se calhar, não tem conhecimento da
situação. A gente não pode escrever só o que ouve, tem de ir ao local ver a realidade
O Deputado Municipal Francisco Gaspar referiu: Gostaria de dar aqui alguns esclareci-
mentos uma vez que foram colocadas uma série de questões
Começava pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Biscainho. O Sr. Presidente
da Junta do Biscainho, de há um ano para cá, tem questionado várias vezes a ajuda do PSD e o
contributo do PSD para o Biscainho. Eu gostava de lhe recordar que nos mandatos anteriores,
antes de ser não sei bem o quê, várias vezes apoiou o PSD, várias vezes partilhou com o PSD as
preocupações do Biscainho, falou que o Presidente de Câmara era ruim, que não o ajudava, que
precisava de ajuda, que era a construção do pavilhão multiusos, que eram as obras do Centro
de Dia
O Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Biscainho quando era comunista precisava
da ajuda do PSD e sabia que o PSD ia ao Biscainho
Em relação à Extensão do Centro de Saúde do Biscainho eu, pessoalmente, acho, e isto é
a minha opinião, não a discuti na reunião da concelhia, que ao perder-se mais valias em termos
de saúde e em termos de segurança nenhum munícipe nem nenhum concelho do país ganha
votos. Portanto, como princípio, acho que a perda da Extensão do Centro de Saúde no Biscainho
é uma perda para a população do concelho. Mas se o Presidente de Junta nos diz aqui que a
população está melhor agora e que isso não causou problemas à população, acho que nos senti-
remos todos muito mais tranquilos. Agora ele tem que nos garantir e dar a sua palavra que é essa
a realidade
A mim preocupa-me cada vez que alguém me diz: " vai fechar um Posto da GNR", " vai
fechar uma Extensão do Centro de Saúde", "vai fechar uma extensão dos Bombeiros" ou um
Quartel de Bombeiros. A mim preocupa-me. Quem diz que não é político é quem é mais político
e até sabe qual é o campo político onde se deve andar a movimentar
Em relação à questão do Deputado Municipal Ernesto Cordeiro, eu o tive cuidado nesta
Moção de não fazer uma única referência ao PS de Coruche, ao Partido Socialista ou a qualquer
outra força política. Esta questão é contra a política do Governo. Vou dizer-vos uma coisa. É
mais fácil estarmos a falar dos nossos exemplos



Vou dar-vos dois exemplos que aconteceram comigo no Serviço Nacional de Saúde, que
eu lamento e tenho pena que aconteçam
O Centro de Saúde de Coruche, como foi publicitado, teve o problema da falta de líquido
para fazer as radiografias
O meu filho, há uns dias, precisou de fazer um aerossol. Teve um problema de madruga-
da e foi ao Hospital de Santarém. O que é que eu descobri naquele movimento todo? Que
actualmente o equipamento dos aerossóis não é reciclado. O equipamento dos aerossóis é lavado
Agora digam-me lá se isto não é um ataque à saúde? Isto é o quê? Isto é um ataque à saúde
Eu não estou a dizer que a culpa é do Senhor Presidente da Câmara, porque eu acho que o
Sr. Presidente tem feito o que pode. Não é por culpa dos Senhores Presidentes das Juntas de Fre-
guesia e não tem de ser culpa de nenhum partido em Coruche. Agora isto não é aceitável. Não há
dinheiro para comprar equipamentos
Depois, quando se fala aqui de chavões, eu não ataquei nenhuma das pessoas que estão
aqui dentro desta sala. Nós temos a responsabilidade de defender a população que nos elegeu
Depois, quando se fala aqui dos "numerus clausus" do professor Cavaco Silva, que c
deputado Joaquim Banha referiu, confesso que não me recordava tinha sido nessa altura (até
porque entrei para a Universidade em 1995 quando Cavaco Silva saiu do Governo). Não tinha
presente essa questão. Mas recordo-me que depois do Professor Cavaco Silva sair, já passaram
vários Governos (foram do PSD e foram do PS)
O Sr. Presidente da Assembleia disse: Senhor Deputado, eu queria que fosse mais objec-
tivo nestas coisas. Gostaria de saber se, de facto, está disponível, para consensualizar a Moção
Estamos quase há duas horas nisto
O Deputado Francisco Gaspar referiu: Depois, quando foi dito que 80% da população
não paga taxas moderadoras, eu acho que 80% dos que estão aqui dentro pagam taxas moderado-
ras. Eu pago
Foi dito aqui também que havia manipulação de informação e que a Moção tem piada
Como é que um eleito no concelho diz que defender a saúde em Coruche tem piada? Isto tem
que ficar registado
Para terminar, quando se refere que não houve agravamento das taxas moderadoras é fal-
so. Quando se diz que não houve redução dos transportes é falso. Nós ouvimos isso todos os dias
e temos aqui o Dr. Abel Matos que, se calhar, tem conhecimento em primeira mão destas ques-
tões. Ouvimos aqui que não houve redução na comparticipação dos medicamentos. O Dr. Teles.
que muito estimo, vá perguntar às farmácias de Coruche onde é que baixou a venda de medica-
mentos. Os farmacêuticos do nosso concelho dizem-lhe quantos pacientes crónicos precisam de
medicamentos e já não os tomam



Eu tive o cuidado de não fazer nenhuma referência, nem nenhum ataque, muito pelo con-
trário, a nenhuma força política do nosso concelho. Volto a reafirmá-lo, o que nós pretendemos
com isto é defender a saúde no nosso concelho. Defender a atitude dos Presidentes das Juntas,
defender a atitude do Presidente da Câmara, defender a saúde no concelho de Coruche. Não
estamos a atacar nenhuma força política
Não vou retirar a Moção e agora é que vamos ver quem vem para aqui fazer politiquice
O Presidente da Assembleia colocou a Moção à votação
A Assembleia deliberou, por maioria, com catorze votos a favor (sete da CDU, quatro do
PS – Deputados Municipais Patrícia Tadeia, Jacinto Barbosa, Joaquim Paulino e António Venda,
dois do MIC e um do PSD), uma abstenção do PS - Deputado Municipal José Dionísio e treze
votos contra dos restantes Deputados Municipais do PS, aprovar a presente Moção
O Deputado Municipal Osvaldo Ferreira apresentou a seguinte declaração de voto:
"Votei contra por uma questão. Fiquei chocado
Todos nós constatamos que este é um problema que afecta a população do concelho
Todos nós defendemos que esta situação não é a melhor
Todos nós defendemos que esta situação não é a desejável
Mas ninguém consegue ter a hombridade de ceder e de arranjar uma Moção que servisse
todos e que servisse a população
Lamento que o Deputado Municipal Francisco Gaspar não tenha aceitado a proposta do
Presidente desta Assembleia Municipal, no sentido de harmonizar uma Moção que não mudasse
a substância daquilo que trouxe, mas que não fosse, de alguma forma, divisionária
Acho que o assunto é demasiado sério para andarmos com radicalismos e a forma como
os proferiu não beneficia ninguém
Creio que ninguém tem mais moral do que eu, do colega do lado ou da oposição para
dizer que é a favor da saúde e os outros são contra
O meu voto não é contra o estado em que a saúde está, o meu voto é sim pelo facto de
determinadas pessoas acharem que têm mais moral do que outras para apresentarem Moções
sobre matérias que são conhecidas por nós todos."
O Deputado Municipal Jacinto Barbosa apresentou a seguinte declaração de voto:
"Não estando totalmente de acordo com a Moção, também acho que a Moção não é tão
castigadora em relação àquilo que é a realidade da saúde
Estamos aqui todos para defender os nossos pontos de vista e queremos o melhor para o
nosso concelho
Queremos que a saúde seja uma realidade
A Moção não é tão calamitosa como se quer fazer crer, embora haja ali 3 ou 4 pontos que



são claramente exagerados
O Deputado Municipal Abel Santos apresentou a seguinte declaração de voto:
"Lamentar o preconceito ideológico e a luta política que impediu que se votasse esta
Moção que é do interesse de todos e também estranhar que o Senhor Presidente da Mesa não se
tivesse abstido."
O Deputado Municipal Ernesto Cordeiro apresentou a seguinte declaração de voto:
"Ainda bem que o Deputado Municipal Abel Santos disse que não reuniu consenso, por
que é politiquice
O que está em causa são os chavões que são aplicados naquela Moção e que se dirigem à
provocação
Eu votei contra e tenho o direito de fazer um reparo nesse sentido. Votei contra porque
achei que foram utilizados uns chavões e queria votar contra
Agora quem votou a favor e veio fazer uma justificação a seguir não o devia fazer
Votou, votou, acabou-se, mais nada."
O Deputado Municipal Joaquim Banha apresentou a seguinte declaração de voto:
"Aceito de facto duas votações a favor, concretamente dos Presidentes das Juntas de Fre
guesia do Biscainho e da Lamarosa. Se não o fizessem, amanhã alguém diria que eles até vota
ram contra. Respeito perfeitamente, os restantes não aceito por aquilo que disse no início. A
Moção não desceu à Comissão."
PERÍODO DA ORDEM DO DIA
PONTO UM - REGULAMENTO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO À
MELHORIA DO CONFORTO HABITACIONAL:- Foi presente o ofício n.º 1486, de 10 de
Fevereiro de 2011, da Câmara Municipal de Coruche, anexando o Regulamento do Programa
Municipal de Apoio à Melhoria do Conforto Habitacional, que foi aprovado por unanimidade
em sua Reunião Ordinária de 2 de Fevereiro de 2011, o qual fica a fazer parte integrante da pre-
sente acta
O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Um por parte do Presi
dente da Câmara
O Presidente da Câmara referiu: Temos este programa a funcionar já há alguns anos no
Município, o qual tem a ver com a ajuda a rendeiros e proprietários que tenham dificuldades
económicas e que precisem de fazer obras de manutenção, recuperação, requalificação ou
modernização das suas habitações
Criou-se um regulamento para que os critérios fossem definidos e para que se estabele
cesse um conjunto de princípios que depois levassem à aprovação das propostas de apoio
Durante uns anos temos procedido dessa forma



I	Ao longo deste processo apercebemo-nos que, por vezes, existe alguma incoerência. A
	Câmara e a Assembleia aprovam todos os anos no Orçamento uma verba para este tipo de apoio.
	Em alguns anos esta verba esgotava -se ao fim de poucos meses. Se a meio do ano, ou no final
	do ano, aparecessem novas situações ou novos pedidos que até pudessem ser mais urgentes e que
	revelassem maior necessidade dos munícipes, tendo em conta que já houvera uma execução
	anterior, não era possível apoiá-los
	Por uma questão de criar maior justiça, decidimos que o Regulamento deveria ser altera-
	do e aproximar-se do que acontece com a atribuição de Bolsas de Estudo, ou seja, há uma fase
	em que as pessoas se candidatam e após essa fase as propostas são ordenadas tendo em conta as
	necessidade ou as carências dos munícipes
	Penso que esta forma é mais equitativa e mais justa e permite tornar o processo ainda
	mais transparente e mais claro
	O Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara
	De seguida passou a palavra aos Deputados Municipais
	O Deputado Municipal Francisco Gaspar referiu: Vou votar favoravelmente, mas queria
	questionar se o Senhor Presidente da Câmara tinha noção de quais os fundos de apoio que
	actualmente são atribuídos
	Gostaria também de fazer um reparo ao Senhor Presidente da Mesa. É extremamente
	desagradável intervir nesta Assembleia com a bancada do PS permanentemente a comentar e a
	mandar bocas aos outros Deputados Municipais. Gostava que ficasse em acta. Peço desculpa,
	não é a bancada do PS, são dois ou três elementos da bancada, não vamos generalizar
	O Deputado Municipal Ernesto Cordeiro afirmou: Estou de acordo com o Regulamento
	que foi aprovado e o apoio que vai dar
	Ao mesmo tempo, aproveito para registar um ressentimento de certas pessoas. Mesmo
	com as suas Moções aprovadas, não podem ser contrariadas por outros Deputados. Ficam tristes,
	chateados e magoados e querem que fique registado em acta. Querem tudo
	O Presidente da Assembleia Municipal referiu: Penso que passou ao lado dos Deputados
	Municipais um pormenor que é importante e que o Presidente da Câmara frisou na alteração do
	Regulamento. Deixou uma nota que é relevadora da atenção e da análise que tem sido a prática.
	Dizia que alteramos o Regulamento, fundamentalmente, porque depois de atribuirmos os subsí-
	dios, por vezes apareciam outros munícipes mais necessitados. Penso que é a grande base da
	alteração deste Regulamento e mostra uma sensibilidade e um conhecimento muito actual da rea-
	lidade
	O Senhor Presidente da Câmara afirmou: Não tenho presente os dados solicitados pelo
	Deputado Municipal Francisco Gaspar. Verificou-se um aumento do ano passado para este ano à



volta de 10 mil euros. Está expresso no Plano de Actividades
Os apoios que temos dado são em material e corresponde normalmente a 50% da inter-
venção (na ordem de dois, três ou quatro mil euros). Não são muito volumosos, mas têm, de fac-
to, ajudado a resolver a situação a pessoas carentes, como intervenções em casas de banho,
colocação de tectos falsos e janelas. Têm sido situações deste género, com efeitos práticos na
vida das pessoas, quase sempre em populações mais idosas
Seguidamente o Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Um
A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração ao Regulamento do Pro-
grama Municipal de Apoio à Melhoria do Conforto Habitacional
A presente deliberação foi aprovada em minuta
PONTO DOIS - II ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DAS TAXAS MUNICI-
PAIS:- Foi presente o ofício n.º 1487, de 10 de Fevereiro de 2010, da Câmara Municipal de
Coruche, anexando a II Alteração ao Regulamento das Taxas Municipais, que foi aprovada por
unanimidade, em sua Reunião Ordinária de 2 de Fevereiro de 2011, a qual fica a fazer parte inte-
grante da presente acta
O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Dois por parte do Presi-
dente da Câmara
O Presidente da Câmara referiu: Não é nada de relevante, são pequenas alterações ao
Regulamento, tendo em conta a nova legislação nacional
O Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara
Não havendo da parte dos Deputados Municipais qualquer pedido de esclarecimento, o
Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Dois
A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a II Alteração ao Regulamento das
Taxas Municipais
A presente deliberação foi aprovada em minuta
PONTO TRÊS - ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:
Foi presente o Relatório da Actividade e Situação Financeira do Município, respeitante ao
período de 8 de Dezembro de 2010 a 15 de Fevereiro de 2011, o qual fica a fazer parte integrante
da presente acta
O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Relatório por parte do Presiden-
te da Câmara
O Presidente da Câmara referiu: Não ia fazer grandes considerações tendo em conta que a
nossa actividade está expressa nesse Relatório, não havendo nada de relevante a assinalar
Na sequência daquilo que foi a execução de 2010, há, de facto, uma satisfação muito
grande da parte do Município tendo em conta aquilo que foi a nossa decisão sobre as medidas de



contenção das despesas. Neste momento, temos números reais sobre esta matéria. Há uma sema
na atrás fizemos a apresentação destes mesmos números aos trabalhadores municipais, em trê-
reuniões de trabalho
Tínhamos definido, em Julho, uma redução da despesa na, área das despesas correntes,
volta de 450 mil a 500 mil euros. No entanto, chegámos ao final do ano e apurámos uma redução
total de 750 mil euros, sendo 550 mil euros em despesas correntes e os outros, cerca de 200 mi
euros, em investimento. Em relação ao investimento, conseguimos baixar alguma coisa, mas o
nosso principal objectivo era reduzir as despesas correntes
Fizemos isso à custa de um esforço de contenção em que estiveram envolvidos os traba
lhadores municipais e os eleitos (todos nós que trabalhamos diariamente na Câmara Municipal)
Também teve a ver com uma política de contenção de apoio às colectividades e às asso
ciações (que assumimos publicamente). Reduzimos os subsídios na ordem dos 20%, sem con
isso matar nenhuma colectividade ou impedir o seu funcionamento ou inviabilizar a sua
actividade
Também reduzimos entre 6% a 7 % as contribuições para as Juntas de Freguesia e con
támos com a solidariedade das Juntas de Freguesia
Cortámos em coisas que não sendo supérfluas podem ter reduções. Como nos transportes
nos combustíveis, nos telefones, na electricidade, nos consumíveis, em estudos e em consultado
rias e em outros trabalhos pagos ao exterior, nas actividades recreativas, culturais e desportivas
nos pagamentos que fazemos a artistas, bandas e grupos de teatro ou folclore. Por exemplo, no
Sons do Parque contratámos artistas e bandas do concelho e reduzimos bastante essa despesa
Tivemos uma redução efectiva de 750 mil euros daquilo que era a despesa prevista no
nosso Orçamento, o que permitiu equilibrar e inverter a tendência dos últimos tempos (termo
mais despesa corrente do que receita). Este ano já conseguimos inverter as coisas, ou seja, tive
mos um "superavit" relativamente à comparação das despesas com as receitas correntes
As receitas correntes têm vindo a diminuir e nós não conseguimos inverter essa tendên
cia, pois há menos contribuição do Governo relativamente às autarquias. O ano passado foran
menos 450 mil euros e este ano, no acumulado, menos 950 mil euros. Temos menos receita dos
impostos, menos receita das taxas e licenças, etc Nada há a fazer
Não podemos ser "criativos" para inventar novas receitas, tendo em conta a situação do
país e tendo em conta que grande parte dessas receitas vêm do Orçamento de Estado. Resta-no
outra possibilidade para equilibrar as coisas - redução das despesas. Todos sabemos que isso
possível na nossa vida pessoal, no dia a dia, nas nossas colectividades e associações e também na
Câmara. Fizemo-lo com eficácia e com resultados comprovados
Para 2011 pretendemos manter essa política de redução das despesas e de contenção



daquelas que não são essenciais
Definimos o ano de 2011 como o ano da eficiência energética e estamos com um plano
de redução da factura energética a todos os níveis. Começámos por instalar equipamentos solares
de aquecimento de águas nas piscinas e no pavilhão desportivo, os quais já estão a funcionar.
Temos também um projecto para dotar os nossos edifícios das Creches Municipais e Jardins e
Infância com painéis fotovoltaicos para aproveitamento de energia
Se por um lado apostamos nestas energias limpas, renováveis e sem custos significativos,
estamos, por outro lado, também a conter despesas de funcionamento no que respeita aos edifí-
cios municipais que a Câmara cedeu a entidades e colectividades, relativamente à água e à
energia
Em 2010 tínhamos implementado um plano de contenção com um objectivo que ia até ao
final do ano. No final do ano reavaliávamos. Tendo em conta a nossa diminuição efectiva de
receitas em 2010, que se vai acentuar em 2011, não podemos fazer outra coisa senão reduzir a
despesa. Tudo vai ter menor despesa. Por exemplo, o Boletim Municipal vai ser trimestral em
vez de ser bimestral. Outras despesas deste género iremos, também, reduzi-las. De outra maneira
não conseguimos aguentar essa factura e garantir uma gestão saudável. Em 2010 estava em risco
conseguirmos inverter a tendência. Não tenho dúvidas que em 2011 vamos ter menos despesa
com menos receita, mas com o saldo final positivo
Relativamente a outras matérias, dizer que há um conjunto de obras que estão iniciadas e
outras que vamos iniciar dentro de pouco tempo
Estão a ser executadas, em bom ritmo, as requalificações urbanas do Biscainho e da
Branca e a estrada da Lamarosa (já chegámos ao Vale Verde e numa próxima fase chegaremos
até Santo Antonino)
Vamos reparar a E.M. 580 - Pé D'Erra/Frazão
Estamos a fazer a Ciclovia entre Coruche e o Monte Velho
Estamos a dar continuidade a um conjunto de outros projectos, nomeadamente, na área
das energias e também um investimento para reaproveitar a água das Piscinas Municipais que era
lançada para o rio. Havia um desperdício dessa água, que poderá ser utilizada nas regas e futu-
ramente vamos fazê-lo
Estamos em bom ritmo a fazer o Centro Escolar de Coruche. Contamos que esteja pronto
até ao princípio do Verão, para entrar em funcionamento no próximo ano lectivo
Conclusão do Edifício de Apoio Administrativo ao Estádio Municipal. Esta obra tem
demorado bastante, mas está a ser concluída
Brevemente arrancaremos com obras significativas, nomeadamente, o Quartel dos Bom-
beiros e o Mercado Municipal



No que respeita às Águas do Ribatejo:
Continua a remodelação e ampliação da rede de esgotos e saneamento nos Foros de
Coruche, a ampliação da rede de abastecimento de água do Biscainho que trás a água para as
Courelas da Amoreirinha;
Temos previsto a inauguração da ETAR do Couço para o dia 22 de Março e também da
loja da "Águas do Ribatejo EM" de Coruche
A ETAR de Santana do Mato está praticamente concluída e o mesmo se passa em relação
à ETAR da Lamarosa
Numa pequena viagem andámos por várias freguesias onde, efectivamente, estão a ser
feitos investimentos públicos da iniciativa directa da Câmara ou da Águas do Ribatejo. Na
"Águas do Ribatejo", como sabem, estamos de corpo inteiro e de pleno direito. Desde o princí-
pio que optámos por essa solução para valorizar, dar desenvolvimento e progresso ao concelho
de Coruche
Queria dar uma pequena nota. A Câmara terá um papel de coordenação para reforçar a
importância que têm os Censos 2011. Neste momento, a equipa está montada e os Senhores Pre-
sidentes de Junta coordenam a sua freguesia. Apelava a que todos ajudássemos a que os Censos
sejam rigorosos para que transmitam a realidade do concelho
Não se trata de uma obra da Câmara, mas gostaria de informar que, finalmente, há luz
verde para a construção do Lar da Lamarosa. Tive hoje a notícia da aprovação efectiva da candi-
datura ao QREN. Uma obra desejada pela população da Lamarosa, que passou por muitas vicis-
situdes. Dentro de dias será anunciada oficialmente
Há dois meses atrás, quando se dizia que não estava em Plano de Actividades e Orçamen-
to uma verba para o Lar da Lamarosa, o Presidente da Câmara disse que não era preciso estar lá
uma verba, era preciso estar, isso sim, uma verba para Apoio Social e essa sempre lá esteve
A Câmara estará ao lado da Associação de Solidariedade da Lamarosa para ajudar a fazer
a obra como tem estado ao lado de outras associações. O nosso apoio será necessariamente para
que essa obra se concretize
Estas coisas tratam-se tecnicamente e com alguma influência política, mas também com
muito trabalho. Esse trabalho faz-se sem andar a fazer chicana política e sem andar a explorar
isso em campanhas eleitorais e em visitas de deputados. Se a Associação da Lamarosa não traba-
lhasse no terreno, se o projecto não fosse bom e se não tivesse um número de utentes significati-
vos, de pouco ou nada valiam campanhas políticas e visitas de deputados. Não serve nada em
termos de decisão, porque as candidaturas são apreciadas tecnicamente. Foi entregue na CCDR
do Alentejo e foi analisada em termos de apoio do QREN. Felizmente que esta candidatura, pela
sua qualidade e pelo estado de maturidade do processo (há projecto e há obra já feita), é uma das
sua quantade e pero estado de mataridade do processo (na projecto e na obra ja rena), e uma das



melhores.Naturalmente que será uma mais valia para a população da Lamarosa
O Deputado Municipal Rui Aldeano afirmou: Ouvimos agora o Senhor Presidente da
Câmara falar, mais uma vez, sobre a poupança e as medidas de contenção. Sempre dissemos que
era necessário haver alguma contenção, embora não fosse da forma como tem sido feita
Ainda no Período de Antes da Ordem do Dia quase fiquei sensibilizado em relação ao
protocolo com a Plural. No que respeita às refeições, a Câmara conseguiu poupar nessas despe-
sas ao arranjar refeições a 6.50 € e a 2.50 €. Pensei que a linha política estivesse a mudar e a
propaganda a acabar, mas efectivamente não é assim
Também a Câmara fez um contrato com este novo empresário de marketing. Como é bom
que abram empresas no concelho de Coruche que sejam unipessoais
Tenho ainda aqui o documento que foi aprovado pelo maioria do PS, na reunião de
Câmara de 16 de Fevereiro de 2011, sobre a "Aquisição de Serviços no Âmbito da Elaboração
do Boletim Municipal, Elaboração da Agenda Cultural Electrónica, Manutenção e Edição de
Conteúdos nas Redes Sociais, Reportagens de Eventos e Gestão do Portal de Turismo do Muni-
cípio de Coruche"
As preocupações de contenção desta Câmara continuam a ser em coisas fundamentais
como os cortes às colectividades e às Juntas de Freguesia, na não implementação da opção ges-
tionária e na fixação de uma verba de 10 mil euros para habitação social. Seria bom fazermos a
soma destes valores que o executivo PS gasta em propaganda
Para quando o início da obra do Açude no Rio Sorraia?
Sobre o Lar da Lamarosa, o Senhor Presidente da Câmara tem a sua perspectiva. Diz que
não interessa discutir politicamente e que se trata da qualidade do projecto. Contudo, eu penso
que qualquer apoio que seja dado é sempre útil
O Deputado Municipal Armando Rodrigues referiu: Penso que é necessário, face à con-
juntura económica e social do país, haver moralização em relação aos gastos que não são priori-
tários. Acho que todos estamos de acordo
Congratulo-me que, finalmente, e essa foi uma das nossas propostas, o Boletim Munici-
pal passe a ser trimestral. Também já verifiquei que a qualidade do papel é outra. Acho que é
esse o caminho que devemos seguir. No entanto, ainda há muita coisa a fazer. Creio que isso só
prestigia quem tem a responsabilidade do Poder Local e, portanto, se num contexto de dificulda-
des houver uma atitude séria e objectiva para cortar nas despesas onde elas são supérfluas
As palavras valem o que valem, mas a gente não pode deixar de falar sobre isso. O
Senhor Presidente referiu a obra do Edifício de Apoio Administrativo ao Estádio Municipal, mas
sabemos que vulgarmente terá outra valência. Será a sede social do Coruchense. Nós estamos de
acordo. Agora não podemos deixar de constatar que esta é uma obra que já devia estar pronta há



algum tempo. No entanto, está atrasadíssima. Tanto quanto sei, foi agora submetida à reunião de
Câmara uma informação da fiscalização referindo que há ainda por fazer 45% da sua execução,
conforme o caderno de encargos. E dizer mais, tudo isto depois de uma prorrogação graciosa de
148 dias. Queria sublinhar que quando for inaugurada terá um atraso que não é aceitável. Aliás,
não sabemos quando será. Presumo que se aguarde oportunidade. Vai-se fazendo, depois das
promessas que foram feitas
Outra questão que eu queria levantar tem a ver com a informação sobre o Lar da Lamaro-
sa. Também me quero congratular. Finalmente há fumo branco para aquele grande objectivo que
é avançar com aquela valência. No entanto, há uma coisa que eu gostaria de dizer. O líder daque-
le projecto há anos que vem solicitando apoios e procurando-os junto dos deputados do PCP e
também da CDU . Provavelmente para essa decisão que agora aqui foi anunciada contribuíram
as visitas do PCP, os requerimentos apresentados na Assembleia da República e as discussões
que foram feitas. Estou convicto que contribuíram, quer os senhores queiram ou não queiram
O Presidente da Assembleia solicitou autorização para a continuação dos trabalhos, pelas
zero horas
A Assembleia autorizou a continuação dos trabalhos
O Deputado Municipal Joaquim Serrão referiu: Relativamente ao Relatório de Activida-
des, cheguei à conclusão que houve menos receitas por parte da Câmara, mas também uma polí-
tica de contenção. Percebe-se perfeitamente que houve um equilíbrio nas despesas estimadas
para investimento. Penso que merece o nosso voto de apoio. Consegue-se com menos dinheiro
manter alguns investimentos, despesas gerais e salários, mediante condições mais difíceis do que
nos anos anteriores. Que o concelho de Coruche continue no bom caminho
Relativamente à questão colocada pelo Deputado Municipal da CDU, no que diz respeito
às refeições, tenho a informar que, há cerca de três anos, estiveram cá alguns militares a construir
uma ponte e foi precisamente nesse restaurante que foram almoçar e jantar. Nós pagámos 6.48 €
por refeição. Não é de admirar que seja esse o valor das refeições
O Deputado Joaquim Banha referiu: Queria informar esta Assembleia, enquanto repre-
sentante na Assembleia Distrital, que na última reunião foi aprovado o projecto para a remodela-
ção da Colónia Balnear da Nazaré e foi eleita uma Comissão para acompanhar os trabalhos
O Deputado Municipal Francisco Gaspar afirmou: Eu já tinha conhecimento desta infor-
mação prestada pelo Senhor Presidente relativamente ao Lar da Lamarosa. É uma mais valia para
o nosso concelho e é um ganho para todos nós e acho que devemos estar satisfeitos. Contudo,
discordo com aquilo que disse o Senhor Presidente sobre as visitas, pois, tal como na saúde, estas
questões devem-nos unir. Todos somos sempre poucos para conseguir essas concretizações. Não
me parece correcto vir para aqui levantar a bandeira "que eu fiz sozinho". Penso que foi impor-



tante o contributo individual de todos aqueles que visitaram aquele lar ao longo dos anos
Em relação à poupança e às medidas energéticas, penso que podemos caminhar em ter-
mos de sociedade nesse sentido e nada como os organismos ou entidades públicas para darem
esse exemplo às entidades privadas
Nesse sentido, e sendo esta uma tendência no futuro, gostava de deixar ao Senhor Presi-
dente da Câmara, um apelo que tem a ver com a acessibilidade no edifício dos Paços do Conce-
lho, sobretudo ao nível do primeiro andar. Não há possibilidade de fazer obras de remodelação,
pelo menos, para o tornar acessível a todos, nomeadamente aos deficientes, de acordo com a
legislação, que é para aplicar até 2018, antecipando um pouco esse prazo. As entidades públicas
têm a responsabilidade de tornar os edifícios mais saudáveis, mais ecológicos e mais eficientes.
Deixava este apelo
Quanto ao atraso das obras do Edifício de Apoio Administrativo ao Estádio Municipal,
infelizmente, e já foi aqui várias vezes colocada essa questão, é a tendência das grandes obras do
Município. Confesso que me deixa preocupado que as grandes obras públicas, independentemen-
te de serem da Câmara ou não, se arrastem no tempo. Não sei se é um problema dos construtores,
se é um problema das empreitadas, se é um problema dos projectos. De uma vez por todas é altu-
ra de começar a cumprir os projectos. Perguntava ao Senhor Presidente da Câmara se tem algu-
ma informação que nos possa apresentar. Com todo este adiamento, existe uma previsão para
abertura daquele espaço?
Por fim, o Senhor Presidente da Câmara, há pouco, referiu que existe um parecer técnico
favorável sobre o protocolo entre a Câmara e a Sociedade Unipessoal. Aproveito para dizer que
vamos pedir que nos envie este parecer técnico. Nenhum dos ofícios que nós enviámos nestes
últimos meses foram respondidos. Esperamos que este parecer técnico nos seja enviado para
pudermos ter a certeza que o Senhor Presidente da Câmara se baseou e que se salvaguarda o
Município de situações que possam vir a ocorrer
O Presidente da Câmara referiu: Há aqui uma interpretação abusiva de um Senhor Depu-
tado, quando diz que um contrato para prestação de trabalho é um contrato para a propaganda.
Penso que quando fazemos um contrato com um trabalhador é para criar um posto de trabalho.
Se teve oportunidade de olhar para o contrato, destina-se à criação de um posto de trabalho.
Tivemos uma jovem a estagiar no âmbito do PEPAL. O estágio decorreu bem e entendemos que
se justifica, porque há necessidade daquele posto de trabalho. Cria-se um emprego com alguma
perspectiva de futuro. É um contrato com essa pessoa, para prestar um trabalho que já desenvol-
veu durante o estágio. É uma jovem, está cá radicada e é do concelho de Coruche. Tem todo o
interesse e para nós Município, porque trabalhou bem e desempenhou bem o seu trabalho. Estou
perfeitamente tranquilo relativamente a isto. Tem um ordenado que corresponde sensivelmente a



duas vezes o ordenado mínimo nacional e é uma licenciada com alguma experiência. Tomara
muitos jovens, em todo o país, conseguirem isto no seguimento de um PEPAL. Criámos um
emprego. É de assinalar e eu estou perfeitamente tranquilo
Quanto ao Açude Insuflável, era uma das questões que eu tinha aqui para apresentar.
Recebemos hoje, pelo correio, a decisão do juiz do Tribunal de Leiria (está desde Maio para
responder a uma contestação que foi feita pela empresa que ficou em segundo lugar no concurso
para o Açude Insuflável). Concorreram várias empresas, a Câmara apreciou as propostas, classi-
ficou as empresas e manifestámos a intenção de adjudicar a empreitada àquela que ficou em pri-
meiro lugar. Comunicámos esse facto e houve uma empresa que decidiu avançar para Tribunal,
contestando a decisão do júri. Desde Maio do ano passado que estamos a aguardar que o Tribu-
nal de Leiria se pronuncie. É inconcebível
Nessa sequência, o Tribunal de Contas também não emitiu o visto da empreitada
Desde Maio que temos tudo pronto para começar a obra e estávamos à espera de uma
decisão do Tribunal de Leiria
Hoje chegou o parecer e é favorável. Ou seja, entende que não é procedente a contestação
apresentada pela empresa que ficou em segundo lugar. Pergunto eu: quem é que suporta estas
consequências? Já não falo nas consequências em termos de opinião pública (é notório que isto
vai ser explorado politicamente e partidariamente nesta Assembleia). Ninguém sabia, nem adivi-
nhava, que uma empresa ia contestar
Vamos aguardar que a decisão transite em julgado. São 15 dias, depois, se não houver
recurso, poderemos dar continuidade ao processo de adjudicação
Em relação ao Edifício de Apoio Administrativo ao Estádio Municipal, é uma obra que
está atrasada. Concedemos uma prorrogação graciosa que é de lei. No entanto, o prazo de exe-
cução da obra já terminou há cerca de um mês. Notificámos o empreiteiro que incorria no paga-
mento de multas e, portanto, quando terminar a obra nós aplicaremos as multas que entendermos.
Não está 45% da obra por executar. O que está a esse nível é o pagamento das facturas,
porque nem os autos nos assinam e são apresentados muito tardiamente. A facturação anda à vol-
ta dos 55%. Em termos de obra está muito mais. Basta lá passar. Já está na fase de colocação de
portas e janelas. Faltam loiças e alguns pormenores. Tem andado muito devagar, mas se inter-
rompêssemos o contrato e fizéssemos novo concurso concerteza que as coisas não seriam mais
céleres. Aliás, não tínhamos razão para suspender o contrato. Temos razão só a partir do momen-
to que o empreiteiro não termine a obra. A partir daí podemos aplicar multas, que é de lei. É isso
que vamos fazer concerteza
Comparar uma decisão da Comissão de Análise de Candidaturas do QREN com uma
pressão política de um Ministério ou do Secretário de Estado de qualquer pasta é, de facto,



incomparável. O que eu di	sse aqui não foi que o Presidente da Câmara	decidiu o processo da
Lamarosa. Não disse isso,	nem seria legítimo. Disse é que o projecto da	Lamarosa foi acompa-
nhado por nós, sofremos p	or isso e andámos empenhados nessa matér	ia. Ajudámos a fazer a
candidatura ao QREN com	os nossos técnicos e entregámo-lo a tempo e l	oras para que andasse.
A decisão é de uma	a comissão técnica que analisa as propostas q	ue são candidatadas ao
QREN. Não é por um Dep	outado ou um Presidente de Câmara falar ma	is alto ou falar mais no
assunto que aquela comiss	ão técnica aprecia o processo de forma difere	ente. Eu confio que seja
assim, os projectos e as can	didaturas ao QREN são aprovadas de acordo o	com a sua qualidade
Inicialmente concor	reram a este programa de apoio para as IPSS	70 ou 80 instituições e
todas da área do Alentejo e	e da Lezíria. Numa primeira fase, foram exclu	iídas cerca de metade e,
numa segunda fase, algum	as foram aprovadas. Um dos critérios tinha	a ver com o estado de
maturidade do projecto, se	tinha tido alguma execução, se a obra tinha s	ido posta a concurso, se
tinham sido entregues prop	oostas ou se já havia uma intenção de adjudi	cação da obra, se havia
população que justificasse	o investimento a fazer, se o investimento se o	lestinava àquela fregue-
sia ou a concelhos e a local	idades limítrofes	
Graças ao trabalho	que já está realizado, ao bom trabalho feito	pela direcção daquela
associação e ao bom projec	to que apresentaram o mesmo foi aprovado. T	Cecnicamente tem quali-
dade e justifica-se que seja	aprovado. Há-de haver 30 ou 40 candidaturas	s feitas para outras IPSS
= =	ainda que o Deputado, o Presidente da Câm	
manifeste muito ou faça mu	aito barulho	
	que as coisas têm normas e princípios. Uma	-
ao QREN tem de respeitar	normas e princípios	
ENCERRAMENT	O:- E nada mais havendo a tratar, o Presidente	e da Assembleia deu por
encerrada a sessão, às zero	horas e vinte minutos, do dia vinte e seis de F	evereiro do corrente, da
qual para constar, se lavro	u a presente acta, que eu, Nelson Fernando I	Nunes Galvão, Primeiro
Secretário, subscrevo		
	O Primeiro Secretário	
	O Presidente da Assembleia Municipal	